



DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
João Cerveira Corregedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis
Maria Luísa Lourenço Ferreira

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — *Procedeu-se à apreciação do relatório da delegação da Assembleia da República que se deslocou à Palestina, na qualidade de observadora das eleições aí realizadas a 20 de Janeiro. Após a sua apresentação pela Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), intervieram os Srs. Deputados Carlos Luís (PS), Luís Filipe Menezes (PSD) e Nuno Abecasis (CDS-PP), tendo ainda a Deputada apresentante dado esclarecimentos adicionais.*

O Sr. Presidente deu conta à Assembleia de uma mensagem do Sr. Presidente da República sobre os problemas dos Oceanos e o papel de Portugal na promoção de uma consciência internacional do seu valor, tendo os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Octávio Teixeira (PCP) e Jorge Lacão (PS) referido, também, a importância da rápida ratificação por Portugal da Convenção do Direito de Mar, sublinhada na mensagem.

Ao abrigo do artigo 81.º, n.º 2, do Regimento, o Sr. Deputado Antonino Antunes (PSD) condenou a reapreciação de innerários anunciada pelo Governo, nomeadamente no Alto Minho, considerando estar posto em causa o Plano Rodoviário Nacional, e defendeu a sua honra e consideração relativamente a explicações dadas pelo Sr. Deputado António Braga (PS).

Ordem do dia. — *Foi apreciado o projecto de resolução n.º 10/VII — Para a realização de um inquérito parlamentar (CDS-PP), tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa), os Srs. Deputados Helena Santo (CDS-PP), Carlos Duarte (PSD), Francisco Camilo (PS), Silva Carvalho (CDS-PP), António Martinho (PS) e Rodeia Machado (PCP).*

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 45 minutos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.

José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Marques da Silva Lemos.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fatima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Varges.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amado Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Oswaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.
 António Soares Gomes.
 Arménio dos Santos.
 Artur Ryder Torres Pereira.
 Bernardino Manuel de Vasconcelos.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
 Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
 Carlos Manuel Marta Gonçalves.
 Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parça Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Fernando Nogueira.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José de Almeida Cesário.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Manuel Nunes Liberato.
 José Maria Lopes Silvano.
 José Mário de Lemos Damião.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 Fernando Manuel Gomes da Encarnação.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Manuel Pereira Marques.
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araujo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que no *Boletim Informativo* de hoje, relativamente à reunião plenária do dia 29 de Fevereiro, onde se lê «agendamento potestativo do PS» deverá constar «agendamento potestativo do PSD».

Srs. Deputados, o período de antes da ordem do dia de hoje será preenchido com a apreciação do relatório elaborado pela delegação da Assembleia da República que se deslocou à Palestina, na qualidade de observadora das eleições aí realizadas a 20 de Janeiro.

Acontece que este relatório deveria ter sido entregue na Mesa para ser publicado e distribuído. Tal não sucedeu e espero que, de futuro, as delegações parlamentares sejam mais diligentes na elaboração e apresentação dos seus relatórios. Porém, como é tão excepcional a apresentação e leitura de relatórios, temos de saudar este acontecimento, mesmo nestas condições.

Para uma intervenção de apresentação do citado relatório, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por penitenciar-me pelo facto de não terem sido garantidas, a tempo e horas, a distribuição e a publicação deste relatório, mas só agora foi possível concluí-lo.

Desde já, parece-me importante assinalar a introdução do hábito — que é também um dever — de os Deputados que, em representação do Parlamento português, se deslocam ao estrangeiro em missões parlamentares passarem a dar conta à Câmara do resultado dessas deslocações.

Outro aspecto que gostava de sublinhar antes da leitura do relatório desta missão de observação relaciona-se com a necessidade de chamar a atenção para que, no futuro, seja garantida uma preparação adequada das deslocações desta natureza, o que implica que a ligação entre os serviços da Assembleia com responsabilidades nessa matéria e o Ministério dos Negócios Estrangeiros passe a fazer-se de forma a serem criadas as melhores condições e a ser prestada informação adequada.

Por outro lado, lanço um alerta especial que seguramente deverá passar a ser feito a algumas missões diplomáticas portuguesas: é importante que compreendam a função dos Deputados que se deslocam em representação e respeitem as instituições. É que, numa deslocação parlamentar deste tipo, está em causa uma instituição que, como tal, também tem de ser compreendida por aqueles que representam o Estado português nesses destinos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entre os passados dias 16 e 22 de Janeiro, deslocou-se à Palestina uma missão parlamentar desta Assembleia constituída pelos Srs. Deputados Carlos Lufs, do Partido Socialista, Ruben de Carvalho, do Partido Comunista Português, e eu própria em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes.

O objectivo desta deslocação foi a participação, na qualidade de observadores integrados na missão constituída para esse efeito pela União Europeia, nas eleições do Conselho Palestino e do Presidente da Comissão Executiva do Conselho realizadas no dia 20 de Janeiro nos territórios da faixa de Gaza, West Bank e Jerusalém na sequência dos acordos firmados entre o Estado de Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

De acordo com um processo que deve passar a ser incorporado como uma prática corrente e que, aliás, o Sr. Presidente da Assembleia da República acolheu de forma muito favorável, entendeu esta delegação parlamentar, sem prejuízo dos trabalhos da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, trazer a este Plenário uma informação sucinta sobre a tarefa de que foi incumbida, colocando-se naturalmente ao dispor de todos os Srs. Deputados para esclarecimentos e informações que entendam necessários.

A participação da União Europeia e do conjunto de técnicos e observadores políticos designado globalmente por *European Electoral Unit* decorreu da assinatura dos acordos de paz internacionalmente conhecidos por Oslo I e Oslo II e que abriram caminho ao estabelecimento inicial de uma Autoridade Nacional Palestiniana na faixa de Gaza, West Bank e Jerusalém e, posteriormente, à realização de eleições naqueles territórios.

É importante sublinhar que a presença de observadores estrangeiros e, muito especialmente, a participação de maior âmbito da União Europeia foi solicitada essencialmente pela parte palestina, o que assume um significado político relevante.

Na verdade, no quadro dos acordos Oslo I e Oslo II, estiveram presentes na Palestina na data das eleições cerca de 600 observadores internacionais, dos quais 250 da União Europeia e 350 do resto do Mundo, incluindo Japão, Austrália, Estados Unidos da América, Coreia, Japão, Rússia, Organização de Unidade Africana e diversas organizações não governamentais.

O papel não foi contudo inteiramente idêntico para todos, uma vez que, para além da função comum de observadores no próprio dia das eleições, à equipa da União Europeia — presente no terreno desde Novembro do passado ano — foram cometidas tarefas de ordem técnica que passaram pelo apoio efectivo à montagem de todo o processo eleitoral, desde o recenseamento à elaboração da legislação regulamentadora, pelo apoio técnico, pela impressão de materiais como boletins de voto, pelo traçar do mapa eleitoral, entre outras tarefas. Para o conjunto deste apoio a União Europeia disponibilizou uma verba de 100 milhões de ECU.

O facto de esta acção ter como base a vontade da parte palestina introduz na sua análise política um aspecto importante: é evidente que, no actual quadro geoestratégico mundial e dado o reconhecido apoio dos Estados Unidos da América a Israel, a parte palestina procurou introduzir no processo de negociações e no próprio desenvolvimento do processo no terreno um outro interlocutor que pudesse equilibrar minimamente a situação marcada pela protagonização do governo de Washington.

O facto de as conversações finais terem tido Oslo como ponto de partida e o processo que a partir daí se desenvolveu concederam à União Europeia um papel a que se não deve atribuir o de mero fiscalizador internacional das qualidades e capacidades de um povo, no caso, o palestino, para decidir o seu destino e implementar um futuro democrático mas, ao contrário, uma activa intervenção de solidariedade no sentido de assegurar um mínimo de condições às eleições palestinianas que a política israelita no território legitimamente fazia recear serem por ela negativamente condicionadas.

Nestas condições, a acção da *European Electoral Unit* e dos seus observadores internacionais se não pôde impedir algumas irregularidades (que nem sequer excederam padrões dos países de hábitos democráticos mais enraizados) nem operações de intimidação, afronta e condicionamento que as autoridades israelitas tentaram impor, teve, a nosso ver e sem dúvida, um papel determinante na criação de condições para que, no seguimento de uma luta de décadas pelos seus direitos nacionais, o povo palestino desse, nesse caminho, um importante passo.

Os cerca de 1,2 milhões de eleitores palestinianos elegeram 87 membros do Conselho Nacional e o respectivo Presidente. Como é público, a maioria dos eleitos pertencem à força política hegemónica dentro da OLP, a Fatah, cujo líder histórico, Yasser Arafat, enfrentava apenas uma outra candidatura de perfil sobretudo moral.

O período imediatamente anterior ao acto eleitoral foi assinalado por decisões da Autoridade Nacional Palestiniana e do Presidente Arafat que mereceram algumas críticas dos responsáveis da União Europeia, publicamente formuladas pelo seu presidente, o antigo Ministro da Justiça da Suécia, Dr. Carl Lidbom. Em causa estiveram essencialmente modificações injustificáveis do período de propaganda eleitoral e limitações a essa mesma propaganda, bem como a modificação do inicialmente previsto número de 82 para 87 conselheiros a eleger. Esta última medida veio contudo a merecer o acordo de todas as partes envolvidas nos acordos de Oslo, uma vez que traduziu uma tentativa positiva de assegurar a participação eleitoral do partido islamita Hamas que infelizmente se não veio a verificar e só por decisão dos próprios.

Não queremos deixar de sublinhar que, de quanto nos foi dado observar, quer o processo de recenseamento quer o próprio acto eleitoral revelaram um exaltante civismo e uma

afirmação de identidade e maturidade nacionais e políticas do povo palestino que nunca será por demais sublinhar. Uma afluência às urnas que ultrapassou os 79% (número que seria mais elevado se não se considerasse a baixíssima percentagem em Jerusalém — cerca de 35% de votantes —, fruto de inadmissíveis operações de provocação e intimidação das polícias e das forças armadas israelitas), uma percentagem de votos nulos pouco significativa que não ultrapassou os 10%, a elevadíssima percentagem de mulheres e jovens votantes e o reduzido número de incidentes verificados são elementos que confluem para um juízo altamente positivo partilhado pela quase totalidade dos observadores e comentadores internacionais.

Uma palavra deve ser dirigida com um particular significado ao apoio de índole técnica deste acto eleitoral. Como sublinharam em diversas ocasiões os técnicos da *European Electoral Unit*, todo o processo se ressentiu das circunstâncias imediatamente anteriores às eleições: os territórios de Gaza e do West Bank encontravam-se sob autoridade militar e ocupação israelita e todas as antigas estruturas da administração civil palestinianas tinham sido desmanteladas e reprimidas. Nestas circunstâncias, a instalação da Autoridade Nacional Palestina criada por Oslo I e a montagem do sistema eleitoral não contava sequer com um embrião de administração civil, retiradas que foram as autoridades militares, policiais e administrativas israelitas.

A *European Electoral Unit* teve assim de desempenhar num curto prazo de três meses um papel verdadeiramente apaixonante: o de criar uma autêntica escola de formação de quadros em cooperação com as estruturas políticas palestinianas que vieram sobretudo a encontrar nos professores palestinianos uma ajuda insubstituível e fundamental.

Na verdade, não só as assembleias de voto funcionaram exclusivamente em escolas de todos os graus, como todo o processo de recenseamento, a dinamização local do processo eleitoral, a constituição de mesas de voto e escrutínios foram realizados por professores, mobilizados em Gaza e no West Bank para uma exaltante tarefa onde se revelou igualmente o significativo respeito e afecto do povo palestiniano pelos seus profissionais do ensino. E não é um pormenor menor sublinhar que, num país integrado no mundo árabe, em todas as mesas de voto havia professoras e que muitas eram presididas por mulheres.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Permitam-nos apenas algumas observações sobre o futuro. Tendo sido um grande passo dado no sentido da resolução do grave conflito israelo-palestiniano, estas eleições não conseguem, contudo, definitivamente ultrapassá-lo, como desejáramos.

Da grande complexidade deste processo, gostaríamos de alertar para três aspectos que julgamos relevantes.

Em primeiro lugar, as áreas de contencioso entre o Estado de Israel e o povo palestiniano estão longe de ficar resolvidas. O problema dos prisioneiros políticos, do abastecimento de água, do seu saneamento, os colonatos instalados em território palestiniano, o regresso dos 4 milhões de palestinianos exilados e a situação na cidade de Jerusalém constituem ainda graves obstáculos para os quais será necessário encontrar soluções que se não se desenham fáceis. Também neste caso o empenhamento de Israel no processo de paz, sendo importante, é, a nível interno, visivelmente contraditório.

Em segundo lugar, os acordos Oslo I e, sobretudo, os acordos Oslo II não recolheram a unanimidade das forças que constituem o espectro político da resistência palestiniana. Algumas organizações radicais não participaram do acto

eleitoral e apelaram ao boicote às eleições, designadamente o partido islamita Hamas acantonou-se numa posição algo ambígua, não participando formalmente nas eleições mas apoiando — e tão-só — alguns candidatos independentes.

A grande afluência às urnas traduz naturalmente uma derrota das forças políticas que apelaram ao boicote, mas sabe-se que uma larga percentagem da população palestiniana partilha críticas ao que considera serem cedências da OLP e, em especial, da Fatah face a Israel. Restaria saber qual a alternativa.

Finalmente — e talvez o mais importante —, interessa saber que consequências poderá ter o processo iniciado com as eleições na unidade política palestiniana. Por um lado, votaram apenas os palestinianos residentes na Palestina, ou seja, 1,2 milhões de eleitores em dois milhões de habitantes mas no exílio ainda se encontram mais de quatro milhões. Por outro, a Organização de Libertação da Palestina foi um instrumento político, laborioso e corajosamente, construído pelo povo palestiniano ao longo de anos e que constituiu uma peça vital para as vitórias alcançadas. As divergências geradas pelos acordos de Oslo poderão ter consequências negativas e a própria acção das autoridades eleitas poderá vir a criar, eventualmente, novos pólos de fricção.

Em todo o caso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Parlamento pode, em nosso entendimento, orgulhar-se de ter participado naquilo que foi inquestionavelmente um passo neste planeta para um mundo mais pacífico e mais livre. Quem nos elegeu também o esperaria de nós!

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Luís e Luís Filipe Menezes.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, não sei se é possível, mas inscrevi-me para um pequeno comentário a este relatório e não para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa no mesmo sentido do Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

O Sr. Presidente: — De acordo. Nesse caso, gostava de saber se mais algum Sr. Deputado deseja inscrever-se para o mesmo efeito, porque, como foi atribuído um tempo global a ratear equitativamente pelos Srs. Deputados, preciso de ter a noção de por quantos oradores deverei dividir o limite máximo de tempos previsto no Regimento.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer um breve comentário para testemunhar a esta Câmara quanto foi honroso para mim participar como observador no processo eleitoral que decorreu no passado dia 20, na Palestina.

Como há pouco afirmou a Sr.^a Deputada Isabel Castro, tratou-se de um momento histórico. Pudemos testemunhar no terreno a forma como decorreu o processo eleitoral e verificámos que foram eleições livres dentro de um condicionalismo devido ao quadro político que todos

conhecemos. No entanto, a participação do povo palestino neste acto eleitoral foi um vivo testemunho e uma presença activa que não só honrou o povo palestino mas também todos os que apostaram neste processo eleitoral, desde logo a União Europeia, que acompanhou e preparou todo o processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não ficaria de bem com a minha consciência se, tal como foi realçado pela Sr.^a Deputada Isabel Castro, não denunciasses aqui a falta de elementos a fornecer aos Deputados que se deslocaram à Palestina, quer por parte do Gabinete de Relações Internacionais desta Assembleia, quer por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer ainda por parte da nossa missão diplomática em Telavive. Na verdade, não tivemos qualquer apoio, nomeadamente por parte do Sr. Embaixador de Portugal em Telavive, e quero mesmo destacar aqui uma expressão, que a todos magoou, quando, numa recepção, o Sr. Presidente da República nos apresentou ao referido Sr. Embaixador. Afirmou ele, na ocasião, que era muito útil este «turismo político» e que os parlamentares deveriam repeti-lo em diversas circunstâncias deste tipo — sublinho a expressão «turismo político».

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos oportunidade de verificar as condições por vezes bastantes difíceis, assumindo algum risco em certas circunstâncias, nomeadamente em Nablus e em Janine, onde, num passado recente, algumas forças políticas criaram agitação. Houve mesmo condicionalismos ocorridos durante a noite do acto eleitoral, a ponto de, no círculo eleitoral onde me encontrava, só às cinco horas da manhã a União Europeia ter permitido que os observadores se deslocassem para as assembleias de voto.

Assim, não posso compreender como um responsável diplomático se atreve a dizer, perante três membros de um órgão de soberania, que é muito útil este tipo de «turismo político», pelo que deixo à consideração de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e de todos os Srs. Deputados esta afirmação, que espelha bem o apoio que tivemos durante oito dias na Palestina. Aliás, salvo melhor opinião, penso que, não obstante as condições muito difíceis, esta delegação parlamentar conseguiu honrar e prestigiar não só o País como também este órgão de soberania.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Embora o Regimento só preveja que sejam formulados pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Luís Filipe Menezes pode fazer o comentário para que se inscreveu. Tem, então, a palavra.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero solidarizar-me com este protesto do Sr. Deputado do Partido Socialista quanto ao comportamento, por vezes injusto e incorrecto, de alguns membros do corpo diplomático relativamente a delegações da Assembleia da República. É algo que já acontecia no passado, não é culpa deste Governo ou de um outro, mas julgo que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, se for persuadido por V. Ex.^a, poderá fazer com que, no futuro, situações destas não se repitam.

No que diz respeito ao relatório que foi apresentado, penso que é um bom princípio que sejam apresentados relatórios na Assembleia da República, coisa que nem sempre tem acontecido, mas também penso que devemos ser escrupulosos e rigorosos quanto ao conteúdo dos mesmos.

Este processo de paz no Médio Oriente é melindroso, é um processo em que as partes, particularmente o Estado de Israel e a OLP, têm demonstrado um grande sentido de responsabilidade perante grandes dificuldades que têm tido de enfrentar dentro dos seus próprios campos. Toda a comunidade internacional que se tem envolvido no apoio a este processo tem tido igualmente todo o cuidado em não constituir um factor que vá desestabilizar, de fora para dentro, aquilo que se deseja que chegue a bom porto. Assim, penso que se o conteúdo deste relatório fosse sujeito a votação pela Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PSD não o votaria favoravelmente.

Devo esclarecer que, por circunstâncias que têm a ver estritamente com uma questão pessoal ligada a um Deputado que integraria esta delegação em representação do PSD, o meu partido não pôde estar presente, mas, para todos os efeitos, temos o direito e o dever de alertar a Assembleia da República para o que observámos relativamente ao texto deste relatório.

Pareceu-nos ser um relatório excessivamente parcial, particularmente porque faz referências críticas expressas ao Estado de Israel quando diz, por exemplo, que a baixa participação de votantes palestinos em Jerusalém se deveu a uma atitude de coacção e de alguma violência, não física, por parte da polícia israelita. Parece-nos que se trata de um protesto e de uma afirmação que vai para além do que afirmou a própria OLP em relação ao processo que se desenrolou na Palestina. Parece-nos, por isso, que não faria muito sentido que, caso viesse a realizar-se a votação deste relatório, o PSD e outros partidos o aprovassem.

Alertamos ainda o Sr. Presidente e os Srs. Deputados para que, de futuro, as delegações parlamentares, ao elaborarem os respectivos relatórios, tenham o cuidado de fazê-los numa linguagem que espelhe o mesmo cuidado que a diplomacia normalmente põe no tratamento destes assuntos.

O Sr. Presidente: — Todos os Srs. Deputados ouviram a sua recomendação, que fica registada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, também para um comentário.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, o comentário que quero fazer vai exactamente no mesmo sentido do do Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

Acrescentaria ainda que a delegação da Assembleia da República era composta por observadores e, como tal, o aspecto da imparcialidade coloca-se com muito mais força. Repito que não se tratou de uma delegação qualquer mas, sim, de uma delegação que foi observar um acto eleitoral, que todos sabemos que não foi pacífico, nem para os israelitas, nem para os palestinos, nem para a inter-relação. Assim, penso que há que ter um cuidado muito especial em distinguir entre o que são acidentes provocados localmente por pessoas e não por vontade dos Estados e a vontade deliberada destes últimos que mereceu o apoio de toda a comunidade internacional, como é sabido.

Não pode ignorar-se que, quaisquer que tenham sido estes acidentes, que não foram tão importantes que tenham impedido as eleições e o seu reconhecimento, o Estado de Israel teve de enfrentar enormes dificuldades internas, que, aliás, custaram a vida ao seu próprio Primeiro-Ministro, para que estas eleições fossem realizadas.

Não me pareceu bem, Sr. Presidente, que no relatório da Assembleia da República, seja ele votado ou não, prevaleça uma preferência clara por uma das partes,

esquecendo-se o valor da outra, sem a qual não haveria paz, nem eleições, nem Estado palestino.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, não há mais inscrições, pelo que tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, para responder.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, relativamente à afirmação do Sr. Deputado Luís Filipe Menezes, temos para nós que o que registámos como não normalidade verificada na preparação desta missão não é, de facto, um problema cuja responsabilidade queiramos atribuir ao governo anterior ou ao actual; antes é uma prática que tem de ser resolvida, porque quando há missões parlamentares no exterior o que está em causa é o Estado português. É nessa perspectiva, e tão-só, que a questão se coloca e que tem de ser ultrapassada. Aliás, tivemos oportunidade de transmitir o nosso protesto, em primeiro lugar, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que, seguramente, vai canalizá-lo para quem de direito.

Quanto às observações em relação ao que se consideram aspectos de carácter subjectivo — que todos têm o direito de fazer — e não estritamente factuais constantes deste relatório, penso que as mesmas podem resultar de uma leitura menos atenta. Além disso, o facto de não termos feito distribuir o relatório ontem pelos diversos grupos parlamentares provavelmente não terá permitido uma leitura cuidada do mesmo para que se constataste que não traduz a opinião pessoal de ninguém, antes procura ter uma visão objectiva dos dados. Repito que penso que uma leitura desapaixonada e sem reservas mentais poderá facilmente permitir concluir isso mesmo.

Torno a dizer que foi lamentável não ter sido possível distribuir o relatório ontem, mas recorro e sublinho que esta obrigação de apresentação de um relatório após cada missão é um dado novo que estamos a colocar porque, nesta Assembleia, nunca ninguém se preocupa em dar contas do que faz ou não faz onde quer que seja.

O Sr. **Carlos Luís** (PS): — Muito bem!

A **Oradora:** — Em terceiro lugar, passo às questões que foram colocadas, relativamente a terem sido enfatizados em excesso aspectos que têm a ver com violência, confrontação e intimidação nas eleições. Para todos os efeitos, este é um dado muito importante no processo de paz e que, mesmo na perspectiva israelita, não é pacificamente aceite por toda a gente — e daí o facto de o Sr. Deputado Nuno Abecasis ter dito que «houve quem pagasse». É verdade que houve quem pagasse porque, lamentavelmente, o processo de paz ainda não é partilhado por todos os israelitas como, se calhar, também não será por todos os outros e nós sublinhámo-lo no nosso relatório.

No entanto, a questão que se coloca é que julgamos que, independentemente da leitura política passada para o exterior por quem está em confronto político — e penso que é fácil entender porque é feita num determinado sentido —, quem esteve no terreno tem obrigação de transmitir à Assembleia uma imagem exacta do que se passou. Ora, em Jerusalém, cidade onde eu própria fui colocada como observadora, pois fomos distribuídos por vários sítios, as mesas de voto funcionaram em estações de correio, não havia cabinas de voto, a polícia entrava e filmava cada um dos

eleitores com uma câmara de vídeo, as pessoas eram obrigadas a dar a volta a todo um edifício, por entre um cordão de soldados do exército, para entrarem por uma porta que estava mesmo em frente. Ora, estas são, efectivamente, formas de intimidação relativamente às quais não ficaríamos de bem com a nossa consciência se as escamoteássemos.

Por último, quanto à observação de que este relatório foi elaborado por três Srs. Deputados, devo dizer que não são mais porque, por razões diversas, outros não puderam ou não quiseram participar desta missão de observação. Não temos qualquer dúvida de que se as missões parlamentares de observação forem integradas por todos os membros desta Assembleia, provavelmente poderão dar origem a um relatório final cujas conclusões poderão permitir que cada um dos intervenientes se sinta mais reflectido. Cada um assume a responsabilidade de poder ou não ir, de querer ou não ir, mas essa é uma questão que não está na nossa mão ultrapassar.

De qualquer modo, diria que, tendo a União Europeia tido a preocupação de juntar nas missões parlamentares pessoas de países diferentes, com concepções políticas extremamente diferentes, nem mesmo assim os relatórios que diariamente eram feitos traduzem o que não pode deixar de ser apagado como uma imagem de uma realidade que vimos que ainda tem muitos obstáculos e que, em nosso entendimento, não deve ser escamoteada.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, penso que o relatório será assinado, com certeza, porque ainda não o foi, e será publicado, como é regimental. Enviá-lo-ei ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, com a notícia do protesto dos Srs. Deputados sobre o comportamento do nosso representante diplomático, a que juntarei o meu próprio protesto.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Sr. Presidente, esta interpelação deve-se a um facto que reputamos de particular gravidade e que, em nossa opinião, exige uma iniciativa urgente desta Câmara ou de V. Ex.^ª.

Como todos estarão recordados, ontem, no âmbito do debate mensal com o Sr. Primeiro-Ministro, requeremos explicações sobre um facto, para nós inqualificável, que foi o de o Governo português, no Conselho de Ministros das Pescas, de 21 e 22 de Dezembro, ter, com o seu voto favorável, aprovado um regulamento que antecipa de uma forma ilegal e abusiva a aplicação do acordo de associação comercial com Marrocos sem, antes disso, ter passado pela ratificação dos Estados membros, violando, portanto, a nossa Constituição e a soberania desses Estados e o nosso poder de ratificação.

Como o Sr. Presidente deve estar recordado, o Sr. Primeiro-Ministro, visivelmente embaraçado, começou por dizer que tinha uma informação de que eram apenas algumas questões técnicas, acabando por dizer que ia ver o que é que se passava para poder, entretanto, dar uma informação mais detalhada. Hoje, durante a manhã, a comunicação social tem-se referido a essa questão, na medida em que a Comissão das Comunidades comprovou, de uma forma oficial, a questão que ontem aqui levantámos.

Estamos, por isso, perante uma situação grave, porque constitui uma ultrapassagem e violação claras do poder de ratificação deste Parlamento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, queria solicitar os bons ofícios de V. Ex.^a para que, junto do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas se promovesse, de imediato, uma reunião para se aprovar uma proposta que temos para apresentar, da chamada com urgência a esta Câmara do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para obtermos esclarecimentos sobre este procedimento do Governo que consideramos ilegal, abusivo e atentatório da nossa Constituição, do nosso poder de ratificação, enfim, da nossa soberania.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Também para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, efectivamente, o Sr. Deputado Lino de Carvalho colocou ontem uma questão ao Sr. Primeiro-Ministro e ainda durante o debate teve até a amabilidade de enviar-lhe documentação que fundamentava a questão que tinha colocado. Posso dizer que ainda ontem o Sr. Primeiro-Ministro solicitou, quer ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, quer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, um esclarecimento em função do documento que lhe tinha sido entregue pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho.

Aproveito, de qualquer forma, para dizer que recebi agora, precisamente, uma resposta a um requerimento que o Sr. Deputado Lino de Carvalho tinha dirigido ao Governo sobre esta matéria e que farei chegar de imediato ao Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Irei tomar as providências que considerar ajustadas, em função da interpelação que foi feita à Mesa e do esclarecimento que acaba de ser prestado.

Sr. Deputado Luís Filipe Menezes, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Também para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, independentemente do conteúdo da resposta ao requerimento do Sr. Deputado Lino de Carvalho, continua pertinente a solicitação de uma vinda urgente do Sr. Ministro à Assembleia, em sede de comissão e em sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, porque o esclarecimento desta questão interessa não só ao Sr. Deputado Lino de Carvalho e ao PCP mas, com certeza, também a outros partidos nesta Câmara. Com uma agravante: é que, quando se discutiu esta matéria em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, em meados de

Novembro, o Sr. Ministro comprometeu-se a apresentar, até 15 de Dezembro, à Assembleia da República, um programa de apoio à indústria conserveira portuguesa que visava minimizar os efeitos da assinatura deste acordo de associação com Marrocos.

Ora, estamos já no princípio de Fevereiro, já passaram mais de dois meses, entretanto o Sr. Ministro já disse na Assembleia que esse programa até já existiria e já teria passado pelo Conselho de Ministro, mas a verdade é que ainda não temos conhecimento dele. Consideramos que o conhecimento desse programa e, eventualmente, outros esclarecimentos suplementares serão decisivos para que a Assembleia da República se pronuncie aquando da apreciação do processo de ratificação do acordo com Marrocos.

O Sr. Presidente: — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a confirmarem-se as notícias que hoje têm vindo a público sobre esta matéria, o Grupo Parlamentar do PP entende que o Governo deve, rapidamente, esclarecer a Assembleia sobre aquilo que está a acontecer com este acordo.

Queria aproveitar para recordar que também alguns Deputados do meu grupo parlamentar fizeram requerimentos ao Governo, esses sem resposta, quer relativamente a indemnizações a pescadores que estariam por pagar na altura em que se fez o debate sobre o acordo na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares quer relativamente ao impacto económico e social do acordo nas indústrias afectadas em Portugal. Repito, esses requerimentos, lamentavelmente, estão por responder por parte do Governo.

Queria também recordar que, nessa conferência de líderes alargada, em que se debateu de urgência o acordo de associação da União Europeia com Marrocos, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que a Assembleia teria oportunidade de fazer um debate profundo e alargado sobre as consequências do acordo para o nosso País, no momento em que a Assembleia fosse chamada a ratificar o acordo.

Por intermédio de V. Ex.^a, gostaria de saber quando é que o Governo tenciona, se tenciona, suscitar a ratificação parlamentar desse acordo, uma vez que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, na altura, indicou esse momento como sendo o apropriado para se fazer um debate mais profundo sobre esta matéria.

Para terminar, reafirmo o nosso apoio à ideia de que é urgente ouvir o Governo sobre estas questões.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares está presente, aproveito para pedir-lhe que se considere notificado das apreensões e preocupações que foram aqui expressas, chamando-vos a atenção para o facto de que não estamos a debater esta matéria.

Assim, peço imensa desculpa, mas não consinto que se transformem as interpelações à Mesa em debate sobre determinados temas. Existem mais quatro pedidos de interpelação à Mesa! Assim, não fazemos mais nada esta manhã senão interpelações à Mesa que, no fundo, são de debate sobre uma matéria que não está em debate hoje! Os Srs. Deputados já exprimiram as suas apreensões, muito justas; o Sr. Secretário de Estado já respondeu e as apreensões foram registadas por ele, que vai, com certeza, agir em conformidade.

Aliás, eu próprio vou cumprir o Regimento, publicando, muito em breve, as perguntas ao Governo que ainda não foram objecto de resposta. O Regimento dá-me essa faculdade, vou obter da Divisão de Apoio ao Plenário a nota sobre as perguntas ao Governo que ainda não foram respondidas e farei uma publicação dessas perguntas.

De qualquer modo, devo dizer que são tradicionais os atrasos do Governo nesta matéria — não sei se este Governo cumpriu melhor ou pior do que os outros, mas vamos saber isso quando fizermos essa publicação. A partir de agora, só permitirei verdadeiras interpelações à Mesa que não versem sobre a mesma matéria nem sejam resposta àquilo que disseram outros Deputados sobre esta matéria. Desculpem, Srs. Deputados, mas não consentirei que se transforme a interpelação num debate sobre um determinado tema!

Sr. Deputado Lino de Carvalho, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, apenas para afirmar que, na sequência da resposta do Sr. Secretário de Estado relativa à remessa da resposta ao meu requerimento, que tinha cerca de um mês, de qualquer modo, isso não exclui que insistamos na necessidade de uma reunião urgente.

O Sr. Presidente: — Não é preciso, pois V. Ex.^a já o tinha dito e eu registei, tal como o Sr. Secretário de Estado também já registou. É a chamada interpelação que não é, em absoluto, necessária!

Sr. Deputado Antunes da Silva, se é para uma interpelação à Mesa, tem a palavra; se não é, peço-lhe o favor de não usar indevidamente esta figura.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, respeito o seu pedido, mas é, de facto, uma interpelação o que pretendo fazer. Pretendo informar que, perante o interesse manifestado pela maioria das bancadas pela vinda à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do Sr. Ministro, eu, como Presidente da Comissão, irei pedir essa vinda para debater este tema.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Martinho, tem a palavra, se é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. António Martinho (PS): — É sim, Sr. Presidente. Através de V. Ex.^a, queria informar a Câmara e os Srs. Deputados distraídos de que, na passada quarta-feira, o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas esteve na respectiva Comissão Parlamentar onde foram debatidas as implicações do acordo da União Europeia com Marrocos.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado, mas que seja mesmo para isso.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, queria esclarecer que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, tal como todos os membros deste Governo, estão permanentemente disponíveis para vir à Assembleia da

República sempre que tal se considere necessário. Faz hoje uma semana que o Sr. Ministro esteve aqui, no Plenário, a responder às questões que os Srs. Deputados entenderam colocar; esteve esta semana — agora mesmo confirmei isso com o Sr. Deputado Antunes da Silva — na Comissão, para discutir o acordo de associação com Marrocos na vertente agrícola,...

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — ... que foi a vertente para a qual o Sr. Ministro foi convidado a deslocar-se à Assembleia, mas deslocar-se-á novamente à Assembleia, sem qualquer drama, se for convidado para abordar qualquer outra vertente.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Ora, ainda bem!

O Orador: — Sr. Presidente, quanto aos requerimentos, todos aguardamos que, nos termos do Regimento, de 90 em 90 dias, seja publicado o *Diário da Assembleia da República* com a lista dos requerimentos que, ao termo do prazo regimental, não tenham sido respondidos.

O Sr. Presidente: — Sê-lo-ão, Sr. Secretário de Estado. Srs. Deputados, estão presentes quatro alunos da Escola Secundária José Afonso, do Seixal, e 40 alunos da Escola C+S Gualdino Pais, de Tomar. Saudemo-los.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, vou passar à leitura de uma mensagem do Sr. Presidente da República relativa à Conferência Internacional sobre os Oceanos. Essa mensagem é do seguinte teor:

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Considero oportuno dirigir a esta Assembleia, antes do termo do meu segundo e último mandato, uma mensagem sobre os problemas dos oceanos e o papel que penso caber a Portugal na promoção de uma maior e mais ampla consciência internacional do valor único dos oceanos para a Humanidade.

Antes de mais, desejo comunicar que aceitei presidir à Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, criada em Tóquio, em Dezembro último, tendo em conta, entre outras motivações, cartas a incentivar-me nesse sentido, que me foram dirigidas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Director-Geral da UNESCO. Trata-se de uma Comissão não-governamental, que cessará as suas funções em 1998 — «Ano Internacional dos Oceanos», assim designado, por proposta de Portugal, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Durante a Expo 98, como sabem dedicada ao tema «Os Oceanos — um Património para o Futuro», a Comissão realizará em Lisboa uma conferência última, durante a qual será apresentado, discutido e aprovado o Relatório Final a submeter à Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como uma eventual «Declaração de Lisboa», que seja a síntese do trabalho efectuado.

O Relatório — na linha dos relatórios Willy Brandt, sobre as Relações Norte-Sul, e Brundtland, sobre Ambiente e Desenvolvimento — pretende propor novas vias para o uso sustentável dos oceanos, com vista a uma nova atitude da Humanidade — e dos governos dos diferentes Estados — face à problemática dos oceanos, no limiar do III Milénio.

Espero que esta iniciativa contribua para que, no futuro, os oceanos sejam associados a Portugal do mesmo modo que

é corrente estabelecer uma conexão entre os países escandinavos e as questões da defesa do ambiente. É justo que tal aconteça tendo em conta o papel historicamente desempenhado por Portugal na gesta das Descobertas Marítimas.

É propósito da Comissão analisar a problemática dos oceanos com plena objectividade, rigor científico e independência, abordando, de uma forma integrada, temas como:

- a biodiversidade;
- a sustentabilidade e gestão racional dos recursos marinhos;

- o papel fundamental dos oceanos na regulação do clima, no efeito de estufa e na subida do nível das águas do mar que lhe está associado;

- o uso e a utilização pacífica dos oceanos;
- o controlo efectivo das contaminações tóxicas e radioactivas resultantes de experiências nucleares e das lixoas radioactivas nas fossas oceânicas;

- a indissociável — mas tantas vezes ignorada — articulação entre os oceanos e as bacias hidrográficas, tendo como interface as zonas estuarinas e costeiras, ecossistemas particularmente delicados;

- a questão fulcral da transferência do saber científico e tecnológico para os países do Sul ou outros que o necessitem, sem a qual o novo regime jurídico dos oceanos não passará de letra morta;

- a gestão integrada dos oceanos, incluindo as implicações do conceito de «património comum da Humanidade» e de tutela dos «direitos das gerações vindouras», pondo especial ênfase nas questões institucionais e na necessidade de reforçar a sua capacidade de resposta à crescente complexidade da governação dos oceanos;

- o respeito devido aos costumes, culturas, práticas e técnicas tradicionais, tantas vezes já milenares, do mundo do mar e das pescas — parte substancial da memória colectiva de tantos povos, incluindo o nosso.

Foi neste contexto que a Comissão considerou determinante a sensibilização das novas gerações à escala mundial, sem cuja adesão, entusiasmo e idealismo esta iniciativa corre o risco de não alcançar os objectivos propostos.

Considera igualmente da maior importância a disseminação da informação, assim como a participação dos cidadãos — quer através de audições regionais e temáticas quer através de uma utilização interactiva das redes electrónicas, nomeadamente da Internet.

Aceitaram pertencer a esta Comissão 9 Vice-Presidentes e 31 membros, personalidades políticas e cientistas de renome mundial, oriundas de todos os continentes e regiões do Mundo.

A Comissão reunir-se-á, simbolicamente, em regime de alternância, numa cidade do Hemisfério Norte e numa do Hemisfério Sul. O seu lançamento, como disse, teve lugar em Tóquio, na sede da Universidade das Nações Unidas (ONU), tendo o Governo japonês — através dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Ambiente, da Agricultura, Florestas e Pescas e ainda do governador de Tóquio e do ex-Primeiro-Ministro Takeshita — claramente mostrado o seu empenho e o reconhecimento público da importância que atribui à Comissão. Esse mesmo interesse foi, de resto, patente nas audiências que tive com sua Majestade o Imperador Akihito e com o então Primeiro-Ministro do Japão Tomiichi Murayama. A segunda reunião terá lugar em Julho de 1996, no Rio de Janeiro, contando já com o empenho pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A terceira

reunião realizar-se-á em Roterdão, em Novembro desse mesmo ano, a quarta na Cidade do Cabo e a quinta em Rhode Island (nos EUA), ambas em 1997; a sessão final, como já disse, terá lugar em Lisboa, por altura da Expo 98.

O facto de a Sessão de Lançamento da Comissão ter sido patrocinada e ter tido lugar na sede da ONU é indicativo da preocupação em se assegurar a mais estreita cooperação com o sistema das Nações Unidas.

Dos contactos já estabelecidos com a ONU e dos que estão previstos a breve prazo abrem-se espaços prometedores de uma colaboração reforçada no plano da cooperação internacional em assuntos oceânicos, alguns dos quais de especial interesse para Portugal, como a possível criação aqui de um polo universitário sobre os oceanos, integrado na UNU.

Obviamente que tal exigirá algum esforço financeiro e logístico por parte do Estado português, para além de um leque de boas vontades e ajudas que será necessário mobilizar. De tudo isto informei amplamente, como é óbvio, o anterior e o actual Governo português, colhendo deles um apoio sem reservas.

Noto, a propósito, que, tendo-se gorado as diligências para trazer para Lisboa a sede do Tribunal Internacional do Mar, actualmente com sede em Hamburgo, Portugal continua a não ter sediado no seu território qualquer Agência ou Organismo do Sistema das Nações Unidas.

Desde longa data que, como sabem, considero um desígnio nacional, estratégico e prioritário, o regresso de Portugal ao mar. Durante os meus dois mandatos foi minha preocupação constante exortar os Portugueses a tomarem consciência da importância do papel que os oceanos representam para o nosso futuro, não em termos nostálgicos e passadistas mas sim, pelo contrário, com os olhos postos no futuro. Um futuro centrado na sustentabilidade dos oceanos e num seu pleno e equitativo usufruto, em nome do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos e, em simultâneo, assumindo-nos, face a esse futuro, como fiéis depositários de um património insubstituível que deveremos passar, se possível, enriquecido às gerações vindouras.

Tenho plena consciência de que o regresso de Portugal ao mar, como um verdadeiro projecto nacional, requer uma crescente sensibilização da opinião pública e dos responsáveis políticos. Criar uma base de apoio e participação democrática na concretização deste desígnio exige, obviamente, tempo e muita persistência. Parece-me assim desejável recordar, neste quadro, algumas das minhas tomadas públicas de posição visando tal objectivo: o discurso proferido na Sagres, na viagem entre Ponta Delgada e Lisboa (Agosto de 1986); a Presidência Aberta nos Açores (Maio e Junho de 1989); a declaração proferida em Paris na Conferência Geral da UNESCO (Outubro de 1989); o discurso proferido na Assembleia Geral do Instituto Hispano-Luso-Americano do Direito Marítimo (Junho de 1990); o discurso da Sessão de Abertura da II Conferência Internacional de Oceanografia (Novembro de 1994); e, recentemente, o discurso proferido em Nova Iorque na Assembleia Geral das Nações Unidas, por ocasião das comemorações do seu quinquagésimo aniversário.

Estou convencido de que os oceanos serão uma componente fulcral no futuro da Humanidade, quer no plano do desenvolvimento sócio-económico quer como elemento determinante dos grandes equilíbrios ecológicos do Planeta.

Portugal tem interesses de primeiro plano em matéria de oceanos, não só pelo facto de ter a mais vasta Zona Económica Exclusiva da União Europeia, que urge valorizar,

gerir e proteger de um modo adequado, como pelo especial significado que tem para Portugal o Atlântico Sul — área estratégica, tantas vezes ignorada e subvalorizada — que une Portugal, o Brasil e vários países africanos de língua portuguesa. O Atlântico Sul pode e deve tornar-se um espaço privilegiado de cooperação e de diálogo, podendo os oceanos vir a constituir um sector experimental, particularmente inovador e solidário em matéria de cooperação.

Por outro lado, considero que é chegado o momento de serem tomadas medidas concretas, no plano nacional, no sentido de se encontrarem respostas institucionais adequadas à necessidade de uma articulação íntima no seio da Macronésia, esse imenso espaço insular atlântico composto pelos arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde — como sugeri nas Conferências de La Laguna, em Tenerife. Esta é uma minha preocupação, de há longos anos, nunca tendo desistido de um dia vê-la abordada em sede própria e com os olhos postos no futuro.

Não desejo concluir esta Mensagem sem chamar a atenção da digna Assembleia da República e de todos os Srs. Deputados para uma matéria que me preocupa particularmente, sobre a qual, aliás, nos últimos anos e em várias ocasiões, manifestei publicamente a minha opinião — e relativamente à qual vos deixo um apelo final. Como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar — texto fundamental do novo regime dos oceanos — foi assinada, inclusive por Portugal, em 10 de Dezembro de 1982, tendo entrado em vigor a 16 de Novembro de 1994. Passados 13 anos, por razões diversas, Portugal ainda não é parte desta Convenção, pela razão simples de não a ter ratificado. É urgente que o faça. Sei que a iniciativa pertencerá ao Governo, mas, apesar disso, aqui vos deixo o apelo.

Alerto para o facto de não só a Convenção ter já sido ratificada pela Guiné-Bissau (25 de Agosto de 1986), por Cabo Verde (10 de Agosto de 1987), por São Tomé e Príncipe (3 de Novembro de 1987), pelo Brasil (22 de Dezembro de 1988) e por Angola (5 de Dezembro de 1990) — países com os quais mantemos laços privilegiados — como, inclusivamente, por vários dos nossos parceiros na União Europeia, que igualmente a ratificaram, como: a Alemanha (14 de Outubro de 1994), a Itália (13 de Janeiro de 1995), a Áustria (14 de Julho de 1995) ou a Grécia (21 de Julho de 1985), para além de 83 Estados.

Trata-se de uma situação inexplicável ou mesmo paradoxal, em contraste com o papel activo que Portugal desempenhou na fase inicial da negociação da Convenção, e, no contexto actual, dado que Portugal tem vindo, progressivamente, a posicionar-se com certo protagonismo nas questões respeitantes aos assuntos oceânicos internacionais. É, pois, da maior utilidade que esse impulso não seja quebrado e antes se intensifique.

A mensagem tem ainda os seguintes anexos: I — Lista dos membros da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos; II — Lista dos países que já ratificaram a Convenção do Direito do Mar (até Dezembro de 1995); III — Objectivos, termos de referência e estrutura orgânica da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos.

Como é regimental, esta mensagem vai ser publicada e distribuída por todos os grupos parlamentares. Daria agora a palavra a quem a quiser usar sobre ela.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta mensagem que nos é dirigida confirma um pedido já feito directamente pelo Sr. Presidente da República.

Pensamos ser particularmente importante, na medida em que a ratificação da Convenção dá a Portugal mais instrumentos que são fundamentais, por razões óbvias para o nosso País, em virtude das características físicas que tem, para a defesa do equilíbrio ambiental.

É ainda um facto de relevar, porque não há apenas incidências e benefícios do ponto de vista do equilíbrio ecológico mas também do económico, particularmente nas regiões autónomas.

Sobre esta matéria, quero dizer apenas que, cabendo ao Governo a iniciativa de trazer a Convenção para ratificação ao Plenário, é importante que ele, porque é quem tem a responsabilidade de desencadear o processo, o faça rapidamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas informar a Câmara do nosso acordo com a questão colocada pelo Sr. Presidente da República sobre a ratificação da Convenção. Esperemos que, com o actual Governo, não haja mais atrasos e seja ultrapassado o problema de fundo que tem sido colocado à sua não ratificação, por Portugal, porque somos um dos poucos países do mundo que a não ratificaram. A razão exclusiva para esse facto tem sido a de os Estados Unidos não estarem interessados. Espero que desta vez, apesar de, pelos vistos, os Estados Unidos continuarem não interessados, Portugal possa ratificar esta Convenção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao tomarmos conhecimento da mensagem do Sr. Presidente da República, queremos exprimir também a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PS para concorrer com os seus votos para a aprovação deste instrumento internacional. Como é do conhecimento de todos, a iniciativa da apresentação de um instrumento internacional compete apenas ao Governo e, como já foi sublinhado, se a iniciativa não pôde ser já aprovada pela Câmara, tal resulta da inércia que, no quadro da última legislatura, o Governo anterior teve neste domínio. Naturalmente, ao manifestarmos a nossa disponibilidade para aprovarmos esta Convenção, suscitamos também à consideração do Governo a oportunidade de nela apresentar no mais curto prazo possível.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra, solicito ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares o favor de se empenhar — não será talvez um favor mas o cumprimento de uma obrigação — na promoção da ratificação desta tão importante Convenção.

O Sr. Deputado Antonino Antunes requereu a possibilidade de intervir ao abrigo do artigo 81.º, n.º 2, do Regimento. É este o momento de fazê-lo, pelo que tem a palavra.

O Sr. Antonino Antunes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Plano Rodoviário Nacional está posto em causa.

Há escassos dias, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas anunciou o que foi apelidado de «fim da febre do

alcatrazão»: a suspensão, o adiamento, a «reapreciação» de itinerários.

A grande fatia dessas suspensões reporta-se aos investimentos previstos para a faixa litoral a norte de Póvoa de Varzim.

No que diz respeito ao distrito de Viana do Castelo, o Plano Rodoviário Nacional «vai para a gaveta».

Comprovadamente, o Governo que o Sr. Eng.º António Guterres lidera não tem «paixão» pelas rodovias e não tem «amor» por Viana. O que pensa o Sr. Ministro da tutela sobre tudo isto não se sabe, mas, «como neto que sai ao avô», o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas revelou os sentimentos que vão lá por casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A execução da auto-estrada que liga o Porto a Braga e a Valença confere à «cidade dos arcebispos» um lugar de destaque no eixo transregional Porto/Corunha, deixando Viana e a sua faixa costeira, do Cávado a Cerveira e a Valença, numa situação de inferioridade.

As acessibilidades são a maior causa, e por todos apontada, do atraso do distrito. Num passado recente, homens de Viana fizeram sentir como a criação de uma rede de acessibilidades rodoviárias de Viana à Auto-Estrada n.º 3 era imprescindível para que a cidade e aquela zona envolvente se tornassem em si próprias apelativas, acentuando a «dimensão transfronteiriça e litoral do eixo Corunha/Vigo/Porto» e o papel que Viana do Castelo tem por missão desempenhar como «nó de intermediação» entre a dinâmica de atractividade dos concelhos litorais e ribeirinhos do vale do Minho e a sua continuação em direcção ao Porto.

Nesta área, os compromissos do Governo da Nação foram os seguintes: construção de um nó junto a Ponte de Lima, na ligação ao Itinerário Principal n.º 1 (Auto-Estrada n.º 3) Braga/Valença; e do Itinerário Complementar n.º 28, um itinerário complementar com o trajecto Nascente/Ponte, já projectado até ao referido nó, mas com traçado previsto até à fronteira da Madalena; construção do Itinerário Complementar n.º 1, no corredor da actual Estrada Nacional n.º 13, com um perfil de duas vias e quatro faixas de rodagem (sem portagem), fazendo a ligação Porto/Viana/Valença; construção do Itinerário Principal n.º 9, desde Viana ao «nó de Freixo», no Itinerário Principal n.º 1, a sul de Ponte de Lima, via de capital importância para afirmação do porto de mar, quer como pólo de carga e descarga fraccionada de mercadorias quer como pólo de turismo de vocação desportiva, com aproveitamento de recursos naturais para o desenvolvimento de desportos náuticos e aquáticos.

Para tudo isto existia um calendário.

Há pouco mais de um ano, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do anterior governo deslocou-se a Viana e garantiu: que o troço do Itinerário Complementar n.º 1 entre Viana do Castelo e Âncora, com ligação a Vila Praia de Âncora, seria lançado logo que concluído o respectivo projecto; que se seguiria, como primeira prioridade do distrito, o troço Âncora/S. Pedro da Torre (ligação próximo de Valença à Auto-Estrada n.º 3), indo iniciar-se o estudo prévio desse lanço; que a via rápida Itinerário Complementar n.º 28 seria lançada a muito curto prazo até Ponte de Lima, ficando assente que avançaria de imediato a preparação do projecto para a continuação até Arcos/Ponte da Barca, de modo a estar concluída em simultâneo com a Auto-Estrada n.º 3; deu também conta de que o lançamento do Itinerário Complementar n.º 28 se faria através do PIDDAC, não recorrendo aos fundos comunitários do INTERREG, para não penalizar os fundos a aplicar no Alto Minho.

Aquele Ministro só não considerou prioritário o Itinerário Principal n.º 9, afirmando, no entanto, que essa continuava a ser uma ligação a ter em conta.

Tudo se vinha cumprindo, embora com alguns atrasos, em muitos casos justificados por melhoria dos traçados.

Assim, em 1 de Outubro de 1995, o Itinerário Complementar n.º 1 estava como está hoje: a sua execução a sul de Viana, em fase de conclusão, com a única excepção do troço rio Neiva/Âncora; o lanço Viana/Âncora tinha o estudo feito e o projecto concluído, pronto a passar à fase de expropriações e concurso para adjudicação; e o Itinerário Complementar n.º 28, no seu lanço até Ponte de Lima, com estudo feito e projecto concluído, pronto a passar igualmente à fase de expropriações e concurso para adjudicação.

Mas eis que, na semana passada, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: sobre o Itinerário Complementar n.º 1, disse que suspendia a construção do lanço Apúlia/rio Neiva até ao ano 2004; sobre o Itinerário Principal n.º 9, disse que tinha as maiores dúvidas sobre se seria rentável ou sequer fundamental para a região, tendo também dúvidas de que essa via, «passando pela zona de solares do vale do Lima, seja ambiental e patrimonialmente sustentável»; sobre o lanço do Itinerário Complementar n.º 1 a norte de Viana, disse genericamente que o incluía no pacote dos «congelados»; sobre o Itinerário Complementar n.º 28, não falou, não disse.

Quando, no ano passado, à roda do Fórum Vianense, a sociedade civil apontava ao último governo um ligeiro atraso no calendário da execução, estava simplesmente preocupada com o «argueiro» num olho mas não adivinhava esta «tranca» que vinha no ar. A «tranca» quer brandi-la agora o Governo do PS — «atrás de mim virá quem de mim bom fará»...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Alto Minho pode discutir-se o documento, mas honra-se a palavra. No Alto Minho nem um presidente de junta de freguesia que se preze deixa de alargar um caminho se o seu antecessor o prometeu. O Estado português, como pessoa de bem, tem de honrar os seus compromissos; o Governo português e os membros que o compõem, sendo pessoas de bem, têm de comportar-se como tal.

O que está a passar-se em relação ao Itinerário Complementar n.º 1, entre Viana e Âncora, e ao Itinerário Complementar n.º 28, entre Viana e Ponte de Lima, é um escândalo e constitui a primeira grande prova da ignorância com que o Governo socialista já tratou as realidades do Alto Minho, ao completar os 100 dias de exercício.

O que se disse sobre o Itinerário Principal n.º 9 é ainda mais grave. O Sr. Secretário de Estado não pode decidir sobre dúvidas mas agir sobre certezas. Já conhece o Sr. Secretário de Estado o estudo de impacte ambiental?

Trate o Governo de construir em vez de suspender e de adiar, porque à defesa dos nossos valores arquitectónicos e paisagísticos estamos nós atentos.

A suspensão do troço Apúlia/rio Neiva raia a prática do crime por omissão, porque a Estrada Nacional n.º 13 tem a sinistralidade mais elevada do País: ela é cenário de morte e alfobre de estropiados e paraplégicos, ela enche de dor e de luto os nossos lares e hipoteca o futuro das nossas gerações. Passe por lá o Sr. Secretário de Estado sozinho, sem sirenes nem batedores, e constate a desgraça que por lá vai.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pensava esgotar o meu tempo regimental logo no início desta sessão legislativa, muito menos com este tema.

O povo que me elegeu estava longe de pensar que o Alto Minho seria o primeiro a pagar a factura das abolições das

portagens da Grande Lisboa e do Grande Porto; estava também o Alto Minho longe de pensar que o Governo do PS se transformaria tão depressa no carrasco do seu desenvolvimento.

Não dirá de mim o Sr. Secretário de Estado que estou a ser factor de perturbação... O que sou é portador de um inequívoco mandato dos que me elegeram, para agora expressar o seu grito de revolta e desencanto!

Porque sei que este é o sentimento de todos, quaisquer que sejam os partidos em que votaram, estou certo de que o silêncio dos Deputados do PS eleitos pelo meu distrito irá terminar no dia em que o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas vier a esta Assembleia, em anunciado debate de urgência. Da sua bancada, farão comigo eco da frustração já sentida e alerta da injustiça e do erro que se anuncia cometer.

O Orçamento do Estado ainda não está aprovado e o Governo está a tempo de corrigir a trajectória. O distrito menos desenvolvido do litoral português nunca lhe perdoará se o não fizer.

Da minha parte, continuarei a ser, nesta Assembleia, a voz do distrito de Viana do Castelo. Não me calarei e, quando o tempo regimental para as minhas intervenções estiver esgotado, hei-de fazer abundar os requerimentos, ainda que incómodos, ainda que sucessivos, ainda que perturbadores da «pachorrência» de uma governação virtual que prenuncia novo ciclo de abandono do extremo norte e ocidental do país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Alto Minho, o eleitorado dividiu-se, em 1 de Outubro, entre o PSD e o PS, nas percentagens que se conhecem. Nesta causa, o Povo do Alto Minho está, todo ele, unido.

(O Orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Carlos Tavares solicitou a palavra para pedir esclarecimentos. Entretanto, penso que é dificilmente «gerível» a figura do uso do direito de falar durante 10 minutos, que cada Deputado tem uma vez por cada sessão legislativa, se a seguir se generalizar uma série de pedidos de esclarecimento e de respostas, inclusive porque este tempo não entra no cômputo do tempo atribuído ao grupo parlamentar em causa, o mesmo não sucedendo com os pedidos de esclarecimento e as respostas.

Só que, como sabem, neste momento, não há tempos atribuídos, pois estamos num período de antes da ordem do dia específico, com uma finalidade determinada, cujos tempos se esgotam com essa finalidade.

Acontece que ontem, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, foi determinado que hoje mesmo o Sr. Deputado poderia usar da palavra, como o fez. De modo que, sem prejuízo de posteriormente estudarmos este problema, para vermos se se generaliza ou não um debate de cada vez que alguém usa deste direito, hoje não darei a palavra aos Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, a minha interpelação vai exactamente nesse sentido. Foi assim que a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

deliberou ontem e compreendo a dificuldade que representa a generalização de um debate nestes termos.

Contudo, em face de algumas afirmações feitas pelo Sr. Deputado no uso daquele direito, era importante que o Grupo Parlamentar do PS pudesse, pelo menos, deixar marcadas algumas «inverdades» e a falta de conhecimento que o Sr. Deputado demonstrou quando falou sobre o Plano Rodoviário Nacional e a sua aplicação naquela região. Se assim não for, não se respeita o princípio do contraditório em algumas coisas importantes e os Deputados do Grupo Parlamentar do PS eleitos por aquela região gostariam de poder infirmar o que foi dito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem toda a razão, mas o problema é o de saber se o Regimento permite ou não o contraditório. Se o permite, o Sr. Deputado está a falar com toda a legitimidade, se não o permite, não está. O que fez não é uma interpelação à Mesa. No entanto, se quiser, pode defender a honra da sua bancada.

O Orador: — Sr. Presidente, esta interpelação é suficiente para deixar clara essa intenção e, num futuro próximo, iremos demonstrar o contraditório desta...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, discutiremos isto na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

O Sr. Antonino Antunes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental de defesa da honra, pois foi feita uma afirmação de que eu não estava a par de determinadas situações. Quero provar — e fá-lo-ei muito sumariamente — que estou a par de tudo aquilo a que o Sr. Deputado se quis referir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Antonino Antunes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, com efeito, tenho conhecimento de que, nos últimos dias, o Sr. Governador Civil de Viana do Castelo, acompanhado por três Deputados do Partido Socialista, teve uma entrevista com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e estou também informado do que o Sr. Secretário de Estado disse ontem na televisão.

O que me surpreende é que todos vós, Sr. Deputados do PS, se contentem com tão pouco. Admito que o Sr. Secretário de Estado já tenha caído em si, que esteja a caminho de se consciencializar ou tenha tomado consciência das «areias movediças» em que se meteu. Daí as declarações vagas e imprecisas de que, até 1997, se possa fazer alguma coisa. Só que sei e não estou convencido de que o possam fazer. Nessa região predomina um regime de minifúndios e as expropriações teriam de começar já, porque é um processo muito lento, não é como no Alentejo. Ora, ainda não começaram e não temos razões para sorrir.

Sr. Deputado, não sou ingénuo, temos pena e lamento que o Sr. Governador Civil de Viana do Castelo não se tenha lembrado dos Deputados do PSD, porque estes não teriam ido lá simplesmente pela mão de outros, teriam sabido coisas concretas, teriam indagado sobre coisas concretas. Não se «atire areia aos olhos» de quem quer que seja. A mim, não a atiram! Nós sabemos que o Sr. Secretário de Estado já fez «marcha atrás» e já fez «marcha à frente». Entre ambas, temos de saber em que ponto ele ficou. O local exacto para o sabermos é esta Assembleia e estou convencido de que, aqui, no próximo debate, ele o dirá. Até lá, não temos razões para sorrir.

Como vê, Sr. Deputado, estou atento e melhor informado de que a própria bancada do PS. Acima de tudo, não sou ingénuo, porque, apesar de ser novo no Parlamento, tenho muitos anos de experiência de vida e já sei como é que estas coisas se empatam, já sei como é que «se atira areia para os olhos»! Eu alertarei o povo de Viana, o povo do Alto Minho continuará atento e não deixará que «lhe atirem areia para os olhos»!

(O Orador reviu.)

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, por menos que eu queira, e não quero, ser juiz da sensibilidade de cada um, precisaria de reconhecer ao Sr. Deputado uma sensibilidade para além de um certo ponto para poder considerar a sua intervenção uma defesa da honra. Não podemos abusar das figuras regimentais. De qualquer modo, acabou de dar ao Sr. Deputado António Braga o tempo que não pude dar-lhe.

Para dar explicações, se o entender, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. **António Braga (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Antonino Antunes, o Sr. Presidente acabou de confirmar que não houve qualquer defesa da consideração. Contudo, acho importante a possibilidade que nos dá de esclarecermos a ideia da interpelação à Mesa que fiz há pouco.

Gostaria de referir dois momentos da sua intervenção, Sr. Deputado: o primeiro é o de, no seu discurso — e isso é importante —, ter introduzido uma noção que considero extraordinariamente negativa em termos de abordagem dos problemas da região, nomeadamente dos do Minho. O Sr. Deputado referiu, de uma forma que considero leviana, a ideia de que com este plano Braga fica privilegiada em relação a Viana do Castelo. Ora, o Sr. Deputado introduziu aqui uma visão bairrista que eu não conhecia e que há muitos anos não me lembrava de ouvir naquela região.

Quero dizer-lhe, com veemência, que não é assim que se vêem os problemas da região. Braga, Viana do Castelo, Guimarães e outras cidades da região têm de ser vistas num todo harmónico, de construção colectiva do desenvolvimento, e não à luz da ideia de alguma delas ter privilégios em relação a outras. Nem sequer vamos falar nisso, porque em matéria de privilégios, os últimos 10 anos de poder do seu partido demonstram exactamente a perseguição clara em relação a algumas autarquias de coloração diferente da do Governo. Uma das que foram extraordinariamente perseguidas nos nossos dois distritos vizinhos foi Braga.

Portanto, não faz qualquer sentido vir com essa querela do bairrismo, repondo-a agora, nestas circunstâncias, no Parlamento, que é o órgão de soberania mais importante do ponto de vista da relação com as próprias regiões. Isso, quero lamentá-lo.

Em segundo lugar, quando lhe disse que fez afirmações «inverdadeiras», injustas e «desinformadas», quis significar justamente o que disse, repito e reafirmo.

Sr. Deputado, não vou dar-lhe uma informação do domínio do grupo parlamentar da maioria que não seja conhecida por todos, pois consta do jornal. Ainda hoje, um jornal que o senhor não leu — certamente porque não teve tempo, pois esteve a preparar a intervenção que aqui veio fazer ou a acabá-la — diz-nos que as obras do Itinerário Complementar n.º 1 estão a todo o vapor. Não são palavras minhas, são do próprio jornal.

Portanto, em relação ao Plano Rodoviário Nacional e no que diz respeito à região que referiu, nomeadamente ao distrito de Viana do Castelo, temos de reconhecer uma coisa: as prioridades que o Governo do PS aponta não são iguais às que o PSD tinha.

Vozes do PS: — Ainda bem!

O **Orador:** — Ainda bem e foi por isso que ganhámos as eleições.

Os compromissos que o Estado, como pessoa de bem e de direito, tem serão cumpridos. Mas, em termos de prioridades políticas, reconhecerá que é ao novo Governo e ao seu programa eleitoral que compete defini-las. Assim, esteja tranquilo, nomeadamente no que toca à aplicação do Plano Rodoviário Nacional, porque verificará que esse desenvolvimento vai corresponder não só aos anseios em geral das populações mas também, necessariamente, a essas prioridades e às promessas eleitorais feitas pelo PS e que os senhores tanto aqui criticam, dizendo que não vamos poder cumpri-las. Vamos cumpri-las, Sr. Deputado, inclusivamente essas!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 11 horas e 55 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos dar início ao período da ordem do dia com a apreciação do projecto de resolução n.º 10/VII, apresentado pelo CDS-PP, que visa a realização de um inquérito parlamentar sobre a gestão das despesas do FEOGA.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Santo.

A Sr.ª **Helena Santo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 22 de Dezembro de 1995, foi publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* um relatório elaborado pelo Tribunal de Contas Europeu sobre a gestão do FEOGA-Orientação em Portugal, entre 1988 e 1993, resultante de uma auditoria feita entre Junho e Novembro de 1994 por este Tribunal, a pedido do Presidente do Parlamento Europeu.

A auditoria incidiu sobre o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal (PEDAP) e em causa esteve afinal a apreciação do modo como o Estado português conseguiu ou não gerir com êxito cerca de 300 milhões de contos, valor que corresponde ao total das autorizações do FEOGA, secção Orientação, durante este período e em que medida é que os objectivos foram alcançados. Porém, as conclusões do relatório não podiam ser piores, uma vez que as autoridades nacionais são acusadas de gestão medíocre e fraudulenta na aprovação dos projectos e atribuição dos subsídios e controlos insuficientes.

Ora, como comecei por dizer, a auditoria incidiu sobre o PEDAP, o qual foi inicialmente gerido pelos serviços centrais e regionais do Ministério da Agricultura, e só a partir de 1993 foi entregue a um instituto agrícola autónomo, o IEADR, cujos pagamentos são feitos pelo IFADAP, o que significa que o relatório aponta o dedo directamente ao Ministério da Agricultura e, logo, ao Estado português.

Sabendo nós, como sabemos, as dificuldades com que se debatem os nossos agricultores e em geral o sector agrícola português, é verdadeiramente chocante a leitura do relatório do Tribunal de Contas Europeu, pois são milhares e milhares de contos supostamente pagos a projectos sem viabilidade económica, a agricultores sem terra; são pedidos de ajuda aceites em regiões não cobertas pelos programas operacionais relativos aos temporais; são despesas aceites e não elegíveis.

Em conclusão, é a acusação clara e inequívoca de um conjunto considerável de deficiências dos procedimentos administrativos e do controlo aplicado pelas autoridades portuguesas. É a imagem do Estado português que está em causa. Enquanto milhares de agricultores não têm acesso a um tostão de apoio, de acordo com o relatório, outros têm, quem sabe para serem agricultores, pelo que não são os agricultores que aqui estão em causa mas, sim, a teia de interesses que gerou toda esta situação.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O Grupo Parlamentar do Partido Popular entende assim que é necessário e urgente que a Assembleia da República exerça a sua função fiscalizadora da actividade do Governo e da Administração Pública, aqui posta em causa, propondo a realização de um inquérito parlamentar, por entender ser esta a melhor forma de reunir a necessária informação sobre o caso e de definir eventuais responsabilidades políticas a nível governamental.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Não faz sentido nem podemos admitir que os órgãos de informação nacionais e estrangeiros ponham em causa a imagem do Estado português ao noticiar as conclusões deste relatório e os portugueses sintam que os seus representantes, que somos todos nós, continuem impávidos e serenos perante estas acusações.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, também não faz sentido que os eventuais culpados continuem a ocupar os seus lugares em organismos da Administração Pública, quando, diariamente, milhares e milhares de agricultores desesperam com o seu endividamento e com a concorrência desleal dos outros países comunitários, pedindo-nos, por isso mesmo, ajuda, a nós, que fomos eleitos para representá-los.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular não tem conhecimento da abertura de qualquer inquérito aos funcionários visados na sequência deste relatório. Se os grupos parlamentares estiverem interessados, como esperamos, em defender a honra do Estado português e de todos aqueles que querem fazer uma agricultura séria e competitiva, então votem favoravelmente este pedido de inquérito e participem, sem reservas, na busca da verdade e da responsabilidade de quem houver a responsabilizar.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O projecto de resolução n.º 10/VII, hoje em apreciação, tem como objecto

a realização de um inquérito parlamentar sobre as circunstâncias e responsabilidades das situações expressas no Relatório Especial n.º 4/95 do Tribunal de Contas Europeu.

O referido relatório, publicado em 22 de Dezembro de 1995, refere-se à apreciação da gestão das despesas do FEOGA, secção Orientação, em Portugal, entre 1988 e 1993.

Interessa esclarecer que as citadas despesas do FEOGA foram disponibilizadas aos agricultores portugueses, que, através de candidaturas apropriadas, teriam possibilidade de promover a execução de infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento da nossa agricultura (como, por exemplo, os caminhos rurais, os regadios, as escolas de formação profissional, a electrificação rural, etc.), de investir na modernização das suas explorações agrícolas e de promover a implementação de projectos de comercialização e transformação dos produtos agrícolas, para além de permitir a atribuição, todos os anos, de pagamentos compensatórios a cerca de 100 000 agricultores localizados em zonas desfavorecidas. Foram centenas de milhares de agricultores os beneficiados ao longo desses cinco anos, tendo em atenção os vários programas.

Não pretendendo abordar as razões subjacentes à elaboração deste relatório, não posso, contudo, deixar de citar um ex-Director-Geral da Comunidade Europeia, técnico conhecido e insuspeito de ligações ao meu partido, como é o Engenheiro Sevinato Pinto, que escreveu recentemente, em relação a este relatório: «(...) a forma e os comentários referidos pela imprensa, como tendo sido feitos por quem divulgou o relatório, são susceptíveis de causar a maior perplexidade em todos aqueles que pensem conhecer as atribuições e competências do Tribunal de Contas Europeu». E mais adiante dizia: «(...) quanto ao conteúdo do relatório, penso que o Tribunal comete graves erros ao fazer comentários para os quais não tem justificação».

Proferidas por quem foram, estas palavras são sintomáticas e dispensam comentários.

Sabe-se que a agricultura portuguesa se caracterizava, aquando da integração na Comunidade Europeia, por apresentar um conjunto de debilidades estruturais, sendo a grande maioria das explorações agrícolas de reduzidas dimensão, com agricultores idosos e sem formação profissional.

Sem pretender avaliar as competências e qualificações do Tribunal de Contas Europeu, não posso deixar de rejeitar a crítica ao Governo português, expressa no ponto 4.2.1. do referido relatório. O Tribunal de Contas Europeu afirma que a atribuição de ajudas a explorações agrícolas de dimensões muito reduzidas, que não têm viabilidade económica, não tem quaisquer vantagens palpáveis. Sabendo-se que nesta categoria se podem incluir 80% a 90% das explorações agrícolas portuguesas, será que se pretende afastar dos apoios ao investimento todos esses agricultores? Será que o Partido Popular assim como os outros partidos presentes nesta Assembleia corroboram esta eventual «irregularidade» cometida pelo Governo? Será que esquecem o impacto social deste apoio à modernização destas pequenas explorações, que não pode ser medido pela eficácia económica?

O PSD reitera a sua estratégia, assente na equidade na distribuição dos recursos, sem marginalizar qualquer estrato do sector no processo de desenvolvimento da nossa agricultura. Lamentamos que os outros partidos se atenham na exploração demagógica e oportunista de determinadas situações e que não tomem posição firme, acompanhando-nos na defesa da especificidade da agricultura portuguesa e dos recursos financeiros necessários à modernização do sector, de forma a aproximarmos-nos dos níveis europeus.

Deveríamos, todos, protestar pelo atraso da Comissão na aprovação dos diversos subprogramas do PEDAP. Conforme é referido na página 8 do relatório, a Comissão Europeia chegou a demorar um ano e meio, contribuindo assim decisivamente para reduzir a eficácia global deste programa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O relatório em apreço analisa 321 projectos e considera que 43 «continham uma certa quantidade de deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas» e que «tanto as autoridades portuguesas como a Comissão Europeia devem partilhar as responsabilidades».

Não podemos, contudo, deixar de referir o disposto no item 11.2, onde se diz: «uma série de deficiências é inerente ao sistema. Assim estas deficiências não se circunscrevem a Portugal. Neste contexto, determinados critérios de elegibilidade não são fáceis de controlar nem a sua justificação é sempre evidente».

Tais conclusões do Tribunal de Contas Europeu evidenciam as circunstâncias de aplicação dos fundos comunitários e estão de acordo, genericamente, com as conclusões de três auditorias anteriores do mesmo órgão e de várias inspecções e auditorias da própria Comissão Europeia, que consideraram Portugal um dos Estados membros que incorriam em menor número de irregularidades.

Importa salientar que todas as candidaturas foram apreciadas pela Administração Pública, não sendo da responsabilidade directa nem sujeita a despacho de qualquer membro do Governo qualquer das candidaturas.

Por outro lado, devem realçar-se as 36 000 candidaturas aprovadas no âmbito do PEDAP (envolvendo cerca de 300 000 agricultores), os cerca de 12 000 jovens agricultores instalados, os 35 000 agricultores apoiados para a melhoria da eficácia das suas explorações e os cerca de 700 projectos para a melhoria de condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas, para além dos 100 000 agricultores que recebem anualmente indemnizações compensatórias.

Perante este vastíssimo universo de agricultores apoiados, que relevância terão os 43 casos com deficiências administrativas e de controlo?

Acresce que, internamente, o Estado português desencadeava controlos vários, nomeadamente através do IFADAP, do IGAG, da Inspecção-Geral de Finanças e de outras instâncias, e assim foi possível, durante estes anos, detectar os casos de incumprimento dos projectos e os valores que a seguir vou enunciar espelham a eficácia desses controlos nacionais.

Assim, durante estes anos, verificaram-se 1358 contratos sujeitos a rescisão, 230 candidaturas que, por irregularidades detectadas, conduziram a processos-crime e 362 projectos sujeitos a execução contenciosa.

Perante estes dados, comparados com os 43 casos referidos no relatório, pode concluir-se que, apesar de eventuais deficiências, os organismos públicos portugueses actuaram com relativa eficácia.

Outro aspecto que deverá ser esclarecido tem a ver com a referência a eventuais fraudes, desvios de dinheiros ou não execução dos investimentos, como está expressa no texto do projecto de resolução apresentado pelo CDS-PP, pelo que desafio este partido a apontar, no relatório do Tribunal de Contas Europeu, a acusação de gestão fraudulenta atribuída

às autoridades nacionais. Nada no relatório refere isto, pelo que esta referência é abusiva.

Entendemos que este relatório traduz uma análise mais política do que de verificação da regularidade ou o apontar de ilegalidades, não se vislumbrando qualquer razão para a polémica produzida em torno dele, a não ser que se defenda a ingerência política desse órgão em matérias que são, e deverão continuar a ser, da competência exclusiva dos governos nacionais.

Não entendemos como um partido dito «popular», que se afirma defensor da soberania nacional e crítico da contínua ingerência de órgãos comunitários na definição das políticas nacionais, se presta a servir de câmara de eco desta situação.

Mas como «quem não deve, não teme», votaremos favoravelmente a realização deste inquérito parlamentar.

Vozes do CDS-PP: — Ah!...

O Orador: — Tal opção prende-se, acima de tudo, com a imperiosa necessidade de repor a honra e a dignidade dos agricultores, tão afectadas pelas acusações infundadas do PS, no passado, e do PP, no presente. As centenas de milhares de agricultores que beneficiaram, legitimamente, destas verbas não merecem que sobre eles recaiam as suspeições que continuamente estes partidos lançam para a opinião pública.

Entendemos que há a necessidade imperiosa de se aumentar o apoio financeiro ao sector agrícola pelas funções estratégicas de que este se reveste e por constituir um vector fundamental da soberania nacional, nomeadamente a garantia de um nível adequado de segurança alimentar.

Não podemos deixar de lamentar as reacções públicas do actual Governo que, apesar de recuar posteriormente, demonstrou irresponsabilidade e reduzido sentido de Estado.

Risos do PS.

Sem prejuízo das acções futuras a desencadear por este Parlamento ou por outras instâncias, seria desejável que as autoridades portuguesas dessem uma resposta adequada, demonstrando que, neste domínio, as múltiplas inspecções da Comissão aos projectos financiados e aos processos de controlo utilizados, sempre demonstraram que Portugal não receava comparações com qualquer outro Estado membro da União.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Nem é preciso!

O Orador: — Esperamos que a aprovação deste inquérito parlamentar, com o nosso apoio, sirva para, pedagogicamente, aperfeiçoar os mecanismos futuros de aprovação e controlo dos projectos. Entendemos que se há algo a fazer nesta matéria é, essencialmente, simplificar os processos, generalizar o mais possível o acesso a todos os potenciais beneficiários, de forma a aumentar a competitividade da agricultura nacional.

Ao contrário do Partido Popular, que continua obcecado com o passado, pretendemos acautelar o futuro do sector e, como tal, estamos preocupados com a letargia do Governo. A suspensão da apreciação dos projectos, a existência de milhares de candidaturas, há vários meses nas gavetas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sem decisão, são a principal fonte das nossas preocupações presentes. Desde Outubro, ainda não houve decisões sobre projectos de modernização das explorações agrícolas. Esperamos que a análise do passado, promovida

por determinados partidos, não prejudique a eficácia das decisões urgentes no presente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Helena Santo, Francisco Camilo, Silva Carvalho e António Martinho.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Santo.

A Sr.^a Helena Santo (PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Duarte, estou seriamente preocupada. Como mal esteve entregue a agricultura portuguesa! V. Ex.^a continua sem ler o relatório do Tribunal de Contas Europeu, e isto é de facto preocupante.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — E é preocupante porque se tivesse lido o relatório do Tribunal de Contas Europeu teria percebido, Sr. Deputado, que o fundo europeu Orientação, que se destina ao financiamento de medidas comunitárias de carácter sócio-estrutural, visava precisamente desenvolver a nossa agricultura e adaptá-la, na sequência da nossa adesão. Ora bem, não foi isso que aconteceu, Sr. Deputado, mas, sim, que a nossa frágil e já debilitada agricultura continua, ainda hoje, mais debilitada.

Por outro lado, é preocupante, Sr. Deputado, que refira apenas 40 dos 320 projectos analisados, quando o relatório diz — e como V. Ex.^a não leu continua equivocado — que, dos 320, em 43 foram detectadas irregularidades que nem sequer justificavam o seu pagamento.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Não!...

A Oradora: — É isto que está expresso no relatório, Sr. Deputado. V. Ex.^a não pode falar de um sector tão importante da actividade económica portuguesa sem conhecer o resultado, sem conhecer o que está escrito no relatório.

O Sr. José Junqueiro (PS): — O Sr. Deputado Carlos Duarte não leu esse parágrafo!

A Oradora: — Por outro lado, vem dizer que o PP fala no passado. Não, Sr. Deputado, não nos interessa o passado; o passado negro não nos interessa, obviamente.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O que nos interessa é o futuro da agricultura portuguesa...

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Não parece!

A Oradora: — ... e nós temos de ter consciência de que este relatório compromete seriamente o futuro da agricultura portuguesa, pelo que temos de analisá-lo devidamente se queremos defender os agricultores portugueses, para quem foram criados e dirigidos estes apoios e a quem deviam ser prestados.

Por outro lado, o Sr. Deputado diz que o relatório não fala em «gestão fraudulenta»? Então, pergunto-lhe: quando se acusa claramente que 23 jovens agricultores receberam subsídios sem ter um tostão, não é isto «gestão fraudulenta»? O que é para V. Ex.^a «gestão fraudulenta»? Quando se acusa

o Instituto Florestal de ter fornecido árvores e de tê-las facturado acima do valor fornecido, não é isto «gestão fraudulenta»?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Quando se acusa o financiamento de projectos sem qualquer viabilidade económica, isto não é «gestão fraudulenta»? Como pode um partido que esteve 10 anos no governo falar deste modo da agricultura portuguesa?!

Sr. Deputado, apesar de compreender as razões do seu voto, porque, de facto, todos os argumentos que evidenciou só podem justificar o nosso pedido, peço-lhe que leia o relatório, porque, efectivamente, temos muito que analisar e muito que discutir para bem dos agricultores portugueses. Esse é o interesse do Partido Popular.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Helena Santo, teremos de apreciar toda esta matéria em sede de comissão de inquérito. Li com atenção todo o relatório, mas parece que a Sr.^a Deputada não leu, nomeadamente as respostas da Comissão que estão apenas ao relatório e que explicam qual foi o procedimento do Estado português. Em muitas matérias, nos 43 casos, o Estado português desencadeou os mecanismos, quer a nível judicial quer a nível de inspecção, no sentido de repor a verdade das situações.

A Sr.^a Manuela Moura Guedes (CDS-PP): — Não deixam de ser fraudulentos!

O Orador: — E quando a Sr.^a Deputada diz haver «gestão fraudulenta» nos casos em que se apoiam explorações agrícolas sem viabilidade económica, certamente não conhece o país real; não sabe que 90% das nossas explorações agrícolas são de pequena e reduzida dimensão e que, não pela viabilidade económica mas pelo impacto social, é necessário contrariar a desertificação do interior. E aqui há outros valores, outros interesses, que nós, sociais-democratas, defendemos e que VV. Ex.^{as}, ditos populares, não defendem. Foi por isso que, quando o seu líder fez a «campanha da terra», durante oito dias, chegou ao fim com uma única conclusão: que se devia extinguir o Ministério da Agricultura! É essa a resposta que o PP tem e teve para os agricultores portugueses! É isso que lamentamos!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Camilo.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Duarte, depois da «brilhante» exposição que fez — apresentou-nos aqui um quadro cor-de-rosa da agricultura portuguesa —, ficámos todos cientes de que, em relação ao passado, os agricultores estão satisfeitos. No entanto, verifica-se que o seu grupo parlamentar mudou de opinião quanto a estas matérias, o que nos apraz registar.

A questão concreta que quero colocar-lhe vai no sentido de saber se, na sua opinião pessoal, considera ou não que houve uma má aplicação dos fundos comunitários no que respeita ao sector agrícola. Esta é a questão concreta que coloco a V. Ex.^a, porque temos a certeza absoluta de

que aquelas que foram as manifestações dos agricultores, aquele que foi o resultado que se verificou no último acto eleitoral é inequívoco quanto ao que foi a má prestação por parte do vosso governo no capítulo da agricultura. O quadro em relação ao passado não é, pois, cor-de-rosa mas negro!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Camilo, o quadro não é cor-de-rosa! Seria certamente cor-de-laranja! É um quadro que espelha eventualmente aquela que foi a correcção das opções políticas, sem prejuízo de termos cometido alguns erros no passado — é impossível alguém ser perfeito e assumimos que cometemos alguns erros.

Refiro-me a opções políticas que, genericamente, foram correctas e em que, pela primeira vez ao fim de 800 anos, Portugal abriu as fronteiras à agricultura portuguesa, tradicionalmente sujeita a um regime proteccionista, com um mercado assegurado e condições de preços asseguradas pelo Estado, e em que, também pela primeira vez, se defrontou com agriculturas europeias e mundiais muito mais desenvolvidas. Foi um desafio tremendo para os agricultores, compreendendo nós as dificuldades que estes viveram e vivem no presente. É, pois, essencial que o Governo actual continue o esforço de apoio ao investimento que estava a ser desencadeado no passado pelo anterior governo, porque é fundamental, modernizando a nossa agricultura, promovermos circuitos comerciais que possam permitir o acesso ao mercado de todos os produtos agrícolas e que possam promover os produtos tradicionais, como anteriormente se fez.

É importante referir ainda que, na aplicação destas verbas, houve irregularidades — foi por isso que referi os números de execução das rescisões dos contratos nos casos em que foram detectadas algumas irregularidades. Mas, por haver uma ou outra situação de eventual não cumprimento integral do projecto, não se pode lançar a suspeição — como o PS fez durante quatro ou oito anos no passado — de os agricultores não saberem aproveitar os dinheiros e de que, relativamente às verbas para a agricultura, só havia fraudes, criando na opinião pública uma suspeição que levava a criticar todos os apoios destinados ao sector agrícola.

Entendemos que este sector é fundamental e estratégico para o País e que deverá ser apoiado financeiramente cada vez mais, porque a sua função é essencial para o futuro de todos nós. É nesse sentido que me preocupa a letargia e a inoperância do Governo de V. Ex.^a. Pensei que o Sr. Deputado viria aqui dizer que o Governo, a partir de amanhã, ia começar a trabalhar para os agricultores...

O Sr. António Martinho (PS): — Já começou!

O Orador: — ... e ia tentar executar as promessas eleitorais que fez. Pensei que seria isso que viria dizer e espero que, num próximo dia, o Sr. Deputado venha aqui referir quais as iniciativas e decisões que o Governo do PS tomou no sentido de atender à situação dos agricultores, que é preocupante e difícil, pois estes merecem uma atitude.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Carvalho.

O Sr. Silva Carvalho (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Duarte, assistimos aqui a um fenómeno

curioso, sem dúvida! A reacção do Sr. Deputado Carlos Duarte e do PSD ao nosso pedido de inquérito é, repito, um fenómeno extremamente curioso, porque, na nossa intervenção, protagonizada pela minha colega Helena Santo, nem por uma só vez foi mencionado o seu partido, mas o PSD vem reagir desta forma, «tomando as dores» não se sabe muito bem de quem ou porquê.

Cita — e muito bem — afirmações do Engenheiro Sevinato Pinto, a quem, devo esclarecê-lo, Sr. Deputado Carlos Duarte, não só me ligam laços de amizade de há muito anos como até laços familiares e por quem tenho uma enorme consideração, pois é, sem dúvida, um homem ímpoluto e de grande carácter. Mas aquilo que o Engenheiro Sevinato Pinto diz — tenho de cor a citação que o Sr. Deputado fez — é o seguinte: «É grave a forma e o tempo em que este relatório sai». Julgo ser esse o sentido das palavras do Engenheiro Sevinato Pinto, o que significa que se justifica o nosso pedido de inquérito.

A questão muito clara que quero colocar-lhe, Sr. Deputado, é a seguinte: com este relatório, foi ou não posta em causa a credibilidade do Estado português, a credibilidade da política de gestão dos fundos? Foi ou não foi? Ora, isso não se mede pela quantidade de casos que aconteceram. Para já, se me permite a minha opinião, falarmos de 43 em 300 e tal casos, sinceramente, é muito e, como disse, isto não se mede pela quantidade, mas pelo tipo de irregularidades em causa.

Se o anterior governo, do PSD, nada tem a esconder sobre esta matéria, faça-se o inquérito e limpe-se a imagem do Estado português. Esta é a única forma de actuar. Nós não dizemos, nem queremos afirmar, que tudo o que vem no relatório é verdade. Agora, temos o direito de sabê-lo e temos, sobretudo, o direito de contestar o relatório. Se chegarmos a essa conclusão, Sr. Deputado, tem o meu compromisso de que serei o primeiro a levantar a voz nesta bancada contra os termos do relatório. Só que, infelizmente, em função da atitude do PSD, tenho sérias dúvidas de que isso venha a ser assim, pois ficou demonstrado que quer a sua atitude quer a atitude do PSD é esta: têm clara vontade em que não se realize o inquérito e votam a favor da sua realização, provavelmente por falta de coragem política para votar contra.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Silva Carvalho diz que o PSD «tomou as dores» não sabe de quem. Devo dizer-lhe que «tomámos as dores» dos agricultores portugueses, que consideramos ofendidos na sua dignidade e na sua honra. Não é lícito que sobre eles recaia esta suspeição pública e esperávamos que o Governo português, depois da publicação deste relatório, em Dezembro, tivesse vindo esclarecer, perante a opinião pública, qual a realidade dos factos, pois assim seria reposta a dignidade. No entanto, como partido aberto às críticas, com sentido de Estado e de responsabilidade, partimos para este inquérito com vista a aprofundarmos esta situação até às últimas circunstâncias.

O Sr. António Martinho (PS): — Agora!

O Orador: — Lamentamos que outros partidos sirvam de eco a este tipo de suspeições ilegítimas que recaem sobre o sector agrícola.

A Sr.^a **Helena Santo** (CDS-PP): — Não é sobre ele que recaem!

O **Orador**: — Para lhe dar um exemplo de irregularidades que o Tribunal de Contas Europeu cita, refiro-lhe o caso dos agrupamentos de defesa sanitária (ADS's). Como sabe, ao longo deste país, foram constituídas centenas destes agrupamentos e pelo regulamento da Comunidade foi aceite que, durante os seis primeiros anos, o Estado e a Comunidade davam apoio até 80% dos seus encargos de funcionamento e instalação, tendo os ADS, nalguns casos, protestado porque queriam 100%. Ora, o Tribunal de Contas Europeu vem dizer que o Estado português cometeu uma irregularidade grave ao financiar o seu funcionamento. E eu lamento que alguns partidos menos sensíveis àquelas que são as preocupações de sanidade animal e de defesa da saúde pública não nos acompanhem numa apreciação crítica a estes comentários e conclusões do Tribunal de Contas Europeu.

O Sr. **António Martinho** (PS): — Não leu o relatório!

O **Orador**: — Esperamos que aquando das conclusões haja a mesma abertura por parte dos outros partidos para que elas se possam fazer acompanhar desta reflexão, de forma a que, de futuro, este tipo de estruturas possa ter os meios necessários para um eficaz trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. **António Martinho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Duarte, V. Ex.^a parece também sofrer do mal da «cassete»! Só sabe falar da letargia!... Ouviu a conferência de imprensa que teve lugar sobre os 100 dias do Governo? Vou mandar-lhe a relação do que o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas fez nestes 100 dias.

O Sr. **Carlos Duarte** (PSD): — Diga só uma medida!

O **Orador**: — Sr. Deputado, vou mandar-lhe a relação. V. Ex.^a saiu da Assembleia, desceu as escadas, virou para o Tejo e, a certa altura, apercebeu-se de que estava nas Amoreiras!

Isto é, fez uma fundamentação num determinado sentido e disse: «Maravilha, nós vamos votar a favor». Muito bem! Então, Sr. Deputado Carlos Duarte, por que é que não votou a favor do pedido de inquérito n.º 10/VI, apresentado pelo PS, sobre estas matérias, quando o Deputado António Campos aqui insinuou que havia dinheiros mal aplicados, fraudes e, porventura, utilizadores dos dinheiros que não o fizeram da melhor maneira? Por que é que V. Ex.^a, nessa altura, não votou favoravelmente, para que se esclarecesse a situação? E por que é que não votou favoravelmente o pedido de inquérito apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre as florestas?

No dia 31 de Março de 1995, eu disse aqui, nesta Câmara — e volto a repetir: o que é que poderemos pensar de um projecto de floresta que engloba na sua área uma aldeia para florestar?

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — É uma questão de ambiente!

O **Orador**: — O que é que poderemos pensar de um recibo de 60 000\$ contra um cheque de 20 000\$? A pessoa

assinou um recibo de 60 000\$, recebeu um cheque de 20 000\$ e, efectivamente, só tinha trabalhado três ou quatro dias correspondentes a 20 000\$! O que é isto, Sr. Deputado? Por que é que V. Ex.^a, quando o seu partido estava no Governo, não assumiu a transparência e a clareza que diz hoje querer assumir?

Anda agora a dizer que o Governo socialista está em letargia...

O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): — Está, está!

O **Orador**: — ... e refere afirmações infundadas feitas pelo PS no passado.

Vozes do PSD: — E é verdade!

O **Orador**: — Sr. Deputado, V. Ex.^a sabe quantos agricultores receberam, em Setembro, subsídios do Programa Operacional de Geadas? Eu sei! Sei em que concelho! Sei porquê! Se V. Ex.^a sabe, então, diga-o!

Vozes do PSD: — Calma, Sr. Deputado!

O **Orador**: — V. Ex.^a fez promessas em campanha eleitoral, dizendo que tinha a confirmação de Bruxelas de que ia receber dinheiro para esses apoios, mas sabe que tal, de facto, não se concretizou! Não diga que este Governo não fez nada, não diga também que o PS fez, em tempos, afirmações infundadas!

Sr. Deputado, vote conscientemente este pedido de inquérito e veremos até que ponto os responsáveis pelo anterior governo e pela Administração Pública prevaricaram ou não.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. **Carlos Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Martinho, espero que o Sr. Ministro não se sinta muito incomodado com a referência feita ao Sr. Deputado António Campos, atendendo, nomeadamente, às recentes afirmações públicas por este proferidas no Parlamento Europeu em que manifestou ter três dúvidas quanto ao actual Ministro...

O Sr. **António Martinho** (PS): — Olhe para a sua casa!

O **Orador**: — Sr. Deputado, não fale demais porque, tal como no passado se detectou, o Partido Socialista alimentou um conjunto de boatos e empolou um conjunto de suspeições que se mostraram ser completamente infundadas e que mereceram uma atitude coerente da parte dos outros partidos.

Em relação ao problema das geadas, quero dizer-lhe que, tendo sido feitos alguns pagamentos em Setembro, o Governo deveria proceder a outros em Janeiro. Tenho a lamentar que, no que diz respeito à atribuição de verbas, o Governo do Partido Socialista não tenha tratado da mesma forma todos os agricultores prejudicados pelas geadas que deram conta dessa situação ao Ministério. É que, em Janeiro, continuou a proceder a pagamentos apenas a parte dos agricultores quando todos deveriam ser beneficiados pelo Governo do Partido Socialista. Lamento, pois, esta atitude sectária em que apenas uma parte é beneficiada.

O Sr. António Martinho (PS): — Os vossos informadores estão desactualizados!

O Orador: — Em relação a esta matéria, o Sr. Deputado irá comprovar que, na comissão de inquérito, iremos ao fundo da questão, averiguando responsabilidades de todos, e espero que o Partido Socialista, daqui para a frente, continue a ser coerente e que, quando se verifique qualquer infracção às leis ou à Constituição, qualquer situação pública irregular, seja o primeiro a subscrever um inquérito parlamentar apresentado por qualquer outra bancada. Este é o desafio que deixo ao Sr. Deputado António Martinho e à bancada do Partido Socialista!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A matéria que hoje aqui discutimos — irregularidades e fraudes no acesso aos fundos comunitários para a agricultura — é desde há muito conhecida e tem sido objecto de denúncias públicas de várias entidades e organizações.

O PCP desde sempre denunciou na sede própria, aqui, na Assembleia da República, as irregularidades e fraudes não só do FEOGA-Orientação mas também de outros fundos, como nos casos relacionados com as privatizações dos matadouros e com a criação das chamadas empresas PEC, do PAF e de todo um caudal de irregularidades e fraudes que grassam no mundo dos cereais, na caça e criação das respectivas reservas, dos apoios à CAP, etc.

O PP acordou agora para alguns dos processos em causa. Bom seria que, no passado, na última legislatura, nos tivesse acompanhado nos debates aqui efectuados.

O PCP propôs em legislaturas anteriores e em tempo oportuno que se realizassem inquéritos parlamentares no sentido de aprofundar e esclarecer, desde logo, todos os casos que envolviam — e envolvem — irregularidades, fraudes e má gestão dos fundos comunitários.

Em todas estas propostas de inquérito, a maioria parlamentar do PSD votou contra, impedindo que se realizassem, escamoteando a verdade, afirmando sempre que nada do que se dizia correspondia à realidade e que qualquer inquérito sobre esta matéria teria efeitos negativos em novas atribuições de verbas por parte da Comunidade.

Assim tem sido a situação de milhares de pequenos agricultores que não têm acesso a um tostão de apoios, enquanto, por um lado, um pequeno punhado de grandes proprietários, de empresas agro-alimentares e de distribuição, e de altos funcionários se apropriam, quantas vezes de forma ilegal e fraudulenta, de milhares e milhares de contos e, por outro, a agricultura portuguesa definha e os agricultores arruinam-se.

Sublinhe-se que não são os verdadeiros agricultores os responsáveis por esta situação; é o próprio sistema que está instituído; foi a gestão clientelar do PSD; foram e são aqueles que, em nome dos agricultores, se apropriam do dinheiro que devia ir para a agricultura.

A vida veio dar razão ao PCP. O relatório anual do Tribunal de Contas da União Europeia relativo ao exercício de 1994 é bastante elucidativo apesar de, em nosso entender, ser apenas uma ponta do *iceberg* e, no caso vertente do FEOGA-Orientação, uma pequena ponta.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por altura das candidaturas aos projectos fizeram-se afirmações, teceram-se elogios sobre a qualidade e capacidade dos projectos e, se alguns tiveram essas condições, outros houve, não pela sua quantidade mas pela dimensão e impacto negativo, que merecem aqui ser referidos. Permitam-me que cite aquele que, no distrito de Beja, pelo seu montante, pela sua dimensão e pelo que teve de negativo, o merece ser. É o caso da Odefrutas, no concelho de Odemira, do Sr. Thierry Roussel, que recebeu mais de um milhão de contos de fundos comunitários,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Quatro milhões!

O Orador: — ... merecendo a visita do então primeiro-ministro Cavaco Silva, que afirmou na altura que o futuro da agricultura do país, nomeadamente do Alentejo, passava por projectos de semelhante envergadura e alta tecnologia como a que ali era desenvolvida.

A empresa Odefrutas, que foi apresentada por Cavaco Silva como uma exploração modelo, e mais duas subsidiárias faliram e deixaram milhares e milhares de contos de dívidas à segurança social, às finanças, aos fornecedores e colocaram quase 800 trabalhadores no desemprego, arruinando a economia daquela zona, arrastando a montante e a jusante toda uma série de pequenas empresas, quer agrícolas quer de serviços, que delas dependiam economicamente.

O que lá está hoje são ferros retorcidos, milhares de quilos de plástico abandonado, centenas de hectares improdutivos, desequilíbrio ambiental, tudo num autêntico cenário de apocalipse.

Sobre este projecto, diz o relatório do Tribunal de Contas da União Europeia que a aprovação, sem uma avaliação adequada, de pedidos de ajuda superiores a um milhão de contos, para um projecto de desenvolvimento extensivo de 300 ha de estufas de vidro, que se revelou excessivamente optimista e que fracassou entretanto, acarreta muito provavelmente a perda de toda a ajuda comunitária.

Quisemos trazer aqui este caso, a título exemplar, para afirmar inequivocamente que o PCP tinha razão ao propor tais inquéritos e que se os mesmos tivessem sido aprovados em tempo oportuno — não o foram por culpa do PSD — teriam contribuído para o esclarecimento atempado das situações e conduzido necessariamente à melhoria dos cuidados na gestão dos fundos comunitários.

Quanto ao inquérito parlamentar proposto pelo CDS-PP, parece-nos por isso mesmo extemporâneo e limitado. Trata-se de um inquérito parlamentar a factos da responsabilidade de um governo que já não existe e apurados por uma instância judicial, o Tribunal de Contas da União Europeia. O que há então a apurar mais? Nestes casos, o que se exige agora é sobretudo que o Governo faça o que ainda não fez, ou seja, responsabilizar quem tiver de sê-lo tanto no plano político como criminal, e promover — desafio que aqui lhe lançamos — uma auditoria global aos diversos regulamentos e fundos afectados ao sector agrícola. Trata-se de um inquérito tardio e limitado mas nem por isso lhe deixaremos de dar o nosso voto favorável.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: São já do conhecimento de todos as

preocupações do meu grupo parlamentar relativas ao objecto do projecto de resolução n.º 10/VII, agora em debate.

Mais de uma vez, por iniciativa do Partido Socialista, a matéria em análise foi debatida neste Hemiciclo — lembro a minha intervenção do dia 22 de Novembro p.p. Note-se a coincidência de que este projecto de resolução foi numerado com o n.º 10 e que o mesmo número foi atribuído ao inquérito parlamentar que, com um objecto semelhante, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs na anterior legislatura.

Constituíam, então, preocupações marcantes do meu grupo parlamentar a falta de eficácia económica das aplicações dos fundos comunitários e nacionais na forma como foram efectuadas; os indícios então existentes de que havia beneficiários desses fundos que os não aplicaram da forma mais correcta e adequada; a necessidade de restituir transparência à atribuição dos meios financeiros postos à disposição de Portugal pela União Europeia, assim como dos próprios meios financeiros nacionais.

Ontem como hoje e sempre estaremos atentos e saberemos exigir transparência nos métodos, justiça e racionalidade na afectação dos meios ao dispor dos agricultores portugueses. Já agimos de acordo com estes princípios para além de estarmos profundamente empenhados no bom nome de Portugal junto das instâncias comunitárias.

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em Novembro passado, trouxe a esta Câmara aspectos importantes do Relatório especial n.º 4/95 do Tribunal de Contas Europeu, sobre a gestão das despesas do FEOGA, secção Orientação, em Portugal, entre 1988 e 1993.

Houve, então, quem pretendesse desvalorizar o conteúdo do relatório do Tribunal de Contas — erradamente, em meu entender. A situação em que se encontra a agricultura portuguesa, as dificuldades generalizadas dos agricultores, o quantitativo dos meios financeiros postos ao dispor não nos pode deixar indiferentes. Nós, socialistas, não ficámos, não ficamos indiferentes.

Repare-se na afirmação daquele relatório referente à execução do PEDAP: «Uma avaliação prévia mais exaustiva das necessidades e a definição de prioridades claras antes de serem aprovados os subprogramas individuais teria melhorado substancialmente a distribuição dos recursos pelas diferentes regiões». Talvez só isto já fosse mais do que suficiente para justificar um inquérito parlamentar, Srs. Deputados do PSD.

Foram feitas opções políticas incorrectas, injustas e provocadoras de maiores disparidades regionais. Porquê? Com que fins? Uma coisa é certa: desbarataram-se meios que deviam ter sido aproveitados correctamente. Mas atente-se um pouco mais à frente no mesmo relatório: «A existência de procedimentos administrativos de qualidade implicaria que todas as candidaturas de projecto fossem avaliadas correctamente e que as aprovações e recusas fossem justificadas de forma explícita, devendo o departamento responsável pela gestão indicar nos respectivos processos os motivos das mesmas». Quer isto dizer que houve favoritismos, clientelismo, compadrio?

Mas que houve projectos megalómanos, autênticos «elefantes brancos» — um deles já foi hoje aqui citado —, subvencionados, todos sabemos que houve! E que outros projectos, bem mais realistas, ficaram por aprovar também não é desconhecido de ninguém!

Relativamente às medidas cujas despesas se integram no FEOGA, secção Orientação, verificam-se: «deficiências dos procedimentos administrativos e de controlo aplicados pelas autoridades portuguesas» e «foi detectado um número significativo de casos específicos em que o financiamento comunitário foi incorrectamente concedido ou inadequadamente controlado».

Esta incapacidade ou, melhor dito, estas incompetências, agravadas por decisões incompreensíveis, tal como a da antecipação do período de transição, e por uma política de elevadas taxas de juro, não só não levaram à prossecução dos objectivos do PEDAP e do próprio FEOGA-Orientação como provocaram menos produção agrícola, menos bem-estar e qualidade de vida no meio rural, abandono dos campos e desertificação progressiva do mundo rural.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há responsáveis por esta situação. Houve decisões ao nível do Governo; houve executores ao nível da Administração Pública; houve e há quem sofra as consequências das decisões erradas e da má gestão dos meios postos à disposição: os portugueses, mais precisamente os agricultores portugueses. Numa palavra, tivemos um país agrícola adiado.

Por tudo isto e em coerência com tomadas de posição anteriores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente o projecto de resolução n.º 10/VII, para a realização do inquérito parlamentar proposto, sentido de voto este que já tínhamos anunciado a semana passada.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para uma intervenção.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os factos que servem de fundamento a este pedido de inquérito parlamentar são, como é sabido, bastante anteriores à entrada em funções do actual Governo.

Contudo, é entendimento deste Governo que os inquéritos parlamentares não são constitucionalmente configurados como actos *ad hominem*, dirigidos contra este ou aquele governo, como também não podem ser configurados nem entendidos como actos de vingança contra quem quer que seja e, portanto, visam apurar a responsabilidade de actos do Governo, da Administração, do Estado português, relativamente aos quais este Governo tem naturalmente de assumir a sua responsabilidade, na sua qualidade de órgão superior da Administração Pública.

Nesse sentido, o Governo entendeu dever estar presente neste debate sobre o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo CDS-PP. É que este Governo entende que quando há dúvidas fundadas e sérias sobre a legalidade de actos praticados pelo Governo ou pela Administração é seu dever estar atento e empenhar-se no esclarecimento de qualquer dúvida que exista, como garantia não só de assegurar a transparência mas também como garantia essencial de credibilidade do Estado português e, em particular, nesta matéria, da credibilidade deste junto das instituições europeias.

Assim, independentemente da decisão que a Assembleia venha a tomar sobre esta matéria, gostaria de dizer duas coisas: em primeiro lugar, o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas pediu-me que

informasse o Parlamento de que ele próprio já procedeu a um despacho dando instruções à Inspecção-Geral e à Auditoria do Ministério para que proceda à análise de todos os casos que foram referenciados no relatório especial do Tribunal de Contas europeu e para que, em função da mesma, proceda em conformidade, tendo fixado um prazo para que esta análise esteja concluída até ao final do mês de Março.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, caso o Parlamento português entenda proceder a este inquérito, entende o Governo ser seu dever e de todos os serviços dele dependentes colocarem-se à inteira disposição da Assembleia da República para permitir o apuramento integral de tudo o que haja a apurar, sendo dever do Governo colaborar nesse apuramento, não no sentido de responsabilizar A ou B, não no sentido de fazer julgamentos a governos que já não estão em funções, mas, sobretudo, no sentido de apurar o que está mal, condição essencial para corrigir erros que, no passado, eventualmente tenham sido cometidos.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrado o debate. A votação deste projecto de resolução terá lugar na próxima reunião plenária em que estiverem agendadas votações.

A próxima reunião plenária terá lugar sexta-feira, pelas 10 horas, tendo como ordem de trabalhos um debate de urgência, solicitado pelo PSD, sobre a anunciada suspensão de obras no âmbito do Plano Rodoviário Nacional.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António José Gavino Paixão.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Mendes Bota.
Luís Carlos David Nobre.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Vasco Pulido Valente.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
Paulo Sacadura Cabral Portas.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS 198\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.